

Faltou respeito às centenas de mortos

# Bolsonaro diz que o problema na Vale foi fiscalização demais

**Sobre a tragédia, crítica foi a fiscais que inibem "quem quer produzir"**

**E**m mensagem dirigida ao Congresso Nacional, nesta segunda-feira (04), por ocasião da abertura dos trabalhos do ano legislativo, Jair Bolsonaro voltou a repetir que os órgãos responsáveis pela defesa do meio ambiente "atrapalham

quem quer produzir". Após a criminosa tragédia em Brumadinho, nenhuma palavra contra a recorrente Vale. "O meio ambiente virou bandeira ideológica, prejudicando quem produz e quem preserva - que, diferentemente do que se prega, são as mesmas pessoas", disse ele. **Página 3**



**HORA DO POVO**  
ANO XXIX - Nº 3.694 6 e 7 de Fevereiro de 2019

**I**  
REAL BRASIL

**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**



PCdoB alerta para jogo baixo do PT e PSOL e "exige respeito"  
A bancada de deputados do PCdoB emitiu uma nota, na sexta-feira (01), denunciando uma manobra regimental casuística questionando o reconhecimento pela Câmara dos Deputados da incorporação do PPL ao PCdoB, decidida em seus respectivos órgãos de direção partidária. **Página 3**

## Pacote de Moro aperta corrupto mas alivia policial que matar inocente



**Maia é reeleito com 334 votos**  
O deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reeleito nesta sexta-feira (1º) presidente da Câmara com 334 votos. Na votação, ele teve 77 votos a mais do que o necessário para se eleger no primeiro turno. Quinze partidos apoiaram a eleição de Rodrigo Maia. O PDT e o PCdoB organizaram o segundo bloco, com 105 deputados, ultrapassando o bloco liderado pelo PT que reuniu 98 parlamentares. **Página 3**

**Isenções em 2019 aumentam 8 bilhões e Previdência terá perda de R\$ 54,56 bilhões**  
A renúncia diz respeito à isenção ou redução da cobrança de exportadores agrícolas, além de entidades filantrópicas e micro e pequenas empresas. O valor é superior a 2018 (R\$ 46,3 bilhões). A conta depois é apresentada aos aposentados e trabalhadores. **Pág. 2**

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, apresentou na segunda-feira (4) um projeto de lei anticrime que contém mudanças em 19 áreas. Entre os itens de destaque do texto está o que estabelece a prisão após condenação em segunda instância como regra no processo penal e a criminalização do caixa 2. Mas no projeto há um contrabando que favorece a impunidade, nos moldes do aventado por Bolsonaro. Trata-se da possibilidade de redução ou mesmo isenção de pena de policiais que matem em serviço um inocente, desde que alegue na Justiça que praticou o ato em função de 'excusável medo, surpresa ou violenta emoção'. **Pág. 3**

**Flávio Bolsonaro fez homenagem a integrantes da "Guarnição do Mal"**  
O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) homenageou, quando era deputado estadual, sete integrantes do 16º BPM (Olarria) que integravam um grupo conhecido como "guarnição do mal". O batalhão era a do ex-capitão Adriano da Nóbrega, apontado como chefe da milícia em Rio das Pedras. **Pág. 3**

**Ministra da Família sequestrou criança indígena para criar em casa e exibir em "pregações"**



Em entrevista à revista Época, os índios da aldeia kamayurá, no Xingu, relataram que a jovem de 20 anos apresentada pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, como sua filha adotiva, foi, na verdade, sequestrada da aldeia quando tinha 6 anos e era criada pela avó Tanumakaru. A ministra, na época, já estava à frente da ONG Atini, conhecida por incitar o ódio à cultura e aos costumes indígenas com pretextos humanitários. **Pág. 5**

**Trump implode tratado para conter míssil nuclear**

# Previdência deixará de arrecadar R\$ 54 bi com isenções em 2019

Em 2018, deixou-se de arrecadar mais R\$ 46,3 bilhões. Grandes empresas foram beneficiadas com renúncia de R\$ 25,8

As renúncias com isenções previdenciárias em 2019 deverão tirar dos cofres do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) R\$ 54,56 bilhões. Enquanto isso, o governo federal se embarça na tentativa de fabricar um déficit da Previdência e justificar a pernicioso reforma – que ao invés de cobrar de quem deveria pagar, pretende cortar benefícios, aumentar a idade mínima para a aposentadoria e entregar as contribuições aos cofres dos bancos.

A renúncia em questão diz respeito à isenção ou redução da cobrança do que é arrecadado para o INSS de exportadores agrícolas, entidades filantrópicas e micro e pequenas empresas. Em 2018, deixou-se de arrecadar com isenções a esses setores R\$ 46,3 bilhões – o que equivale a um quarto do suporte “rombo” da Previdência, alarmado pelo governo.

Se engana quem acha que todas isenções representam algo de “retorno” para o desenvolvimento econômico ou social do país.

As empresas são beneficiadas porque estão sob regime tributário do Simples Nacional, que agrega micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais. Mas privilegia também quem tem altos faturamentos, como empresas que lucram até R\$ 4,8 bilhões por ano. Para este setores, a renúncia de 2018 foi de R\$ 25,8 bilhões.

No segmento das entidades filantrópicas – que também inclui as lucrativas universidades e hospitais privados – o benefício de renúncia de contribuição previdenciária dos empregadores foi de R\$ 11,1 bilhões no ano passado.

Para o setor agrário-exportador – um dos únicos que permanecem lucrando na crise – falar em isenção é quase um disparate – apesar de o governo alegar que não se deve, de acordo com

a Constituição, “exportar impostos”.

O suposto rombo na Previdência teria crescido 8% em 2018 – para R\$ 290,297 bilhões, conforme divulgou o governo federal no final do mês passado. Para chegar nessa conta, foi necessário fabricar um déficit que mistura os resultados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) – que atende aos trabalhadores do setor privado – do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – que atende os servidores públicos civis da União – e o sistema dos militares.

Contudo, o RGPS tem Orçamento próprio, enquanto que o RPPS e o sistema dos militares são mantidos com recursos do Tesouro Nacional. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), se misturar os três regimes a conta não fecha nunca.

Além disso, o governo omite receitas – como o desvio de 30% da Seguridade através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desconsiderando o rendimento financeiro da Previdência e acrescentando despesas que nada têm a ver com o INSS.

O objetivo no final é justificar a transferência dos recursos da Previdência para o sistema financeiro, através da proposta de capitalização já fracassada no Chile.

Além do incoerente regime de isenções para quem diz que a Previdência tem déficit – o governo privilegia sonegadores através do programa de refinanciamento de dívidas (como o Refis, que chega a ordem de bilhões) com impostos e contribuições previdenciárias.

Antes do Refis do ano passado, o valor que as empresas deviam à Previdência chegou a R\$ 426 bilhões – o que equivalia a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016.

PRISCILA CASALE

## Governo fabrica novo rombo para justificar ataque a direitos

O governo federal divulgou na terça-feira (29) os dados sobre a Previdência Social de 2018, com um suposto saldo negativo de R\$ 290,297 bilhões, o que representaria um aumento de 8% no “déficit” previdenciário.

Para fabricar o “déficit”, misturou os resultados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores do setor privado, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores públicos civis da União, e o sistema dos militares.

Acontece que o RGPS tem Orçamento próprio, enquanto que o RPPS e o sistema dos militares são mantidos com recursos do Tesouro Nacional. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), se misturar os três regimes a conta não fecha nunca.

Conforme o artigo 195 da Constituição, o RGPS faz parte da Seguridade Social, que tem como fontes de financiamentos a contribuição de trabalhadores e empregadores, a Cofins, a CSLL, o PIS/PASEP e receitas de prognósticos (loteria).

Além disso, o governo omite receitas – como o desvio de 30% da Seguridade através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desconsiderar o rendimento financeiro da Previdência

etc. – e acrescenta despesas que nada têm a ver com o RGPS. Somente em 2017, as omissões diminuíram em R\$ 159 bilhões as receitas da Previdência. Some-se a isso a desonerações que garfaram R\$ 141,177 bilhões naquele ano, de acordo com a Anfip.

Ainda segundo a entidade, “o ‘regime previdenciário dos militares’ não tem caráter contributivo. O pagamento das aposentadorias (reformas) é um ônus público, não tem natureza previdenciária propriamente dita”.

O governo acrescentou também em sua conta, para apresentar chegar ao déficit, “as despesas com inativos e pensionistas de servidores e policiais militares pagos a conta do Fundo Constitucional do DF e também de servidores dos territórios”.

Ao apresentar os números fabricados, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que somente a aprovação de uma reforma da Previdência poderá impedir o crescimento do déficit. Caso contrário, o mundo vai se acabar e o “desequilíbrio” das contas públicas se intensificará.

Tudo isso para o governo Bolsonaro passar os recursos da Previdência para o sistema financeiro, que já controla quase metade do Orçamento da União.



## Secretário das privatizações defende Vale após tragédia

Salim Mattar, secretário de Privatizações do Ministério da Economia, afirmou na terça-feira (29), durante um evento em São Paulo, que acha injusto a empresa Vale ser responsabilizada pela tragédia que provocou em Brumadinho (MG), que deixou, até o momento, 84 mortos e 276 desaparecidos.

“Neste desastre terrível, estou vendo a sociedade sacrificando a companhia, quando deveriam ser sacrificadas as pessoas que tomaram as atitudes”, disse.

“O CNPJ [da Vale] não fez mal a ninguém”, disse, afirmando que o desastre foi fruto de “erros cometidos por seres humanos e essas pessoas é que devem pagar e não a companhia”.

No entanto foi a empresa Vale, hoje presidida Fábio Schvartzman, a responsável pela escolha do tipo de barragem construída em Brumadinho: a de menor custo para, assim, manter uma exploração alucinada em busca do lucro, nem que para isso tivesse que colocar vidas e o meio ambiente em risco.

Também foi a Vale a responsável pelas pressões exercidas sobre os conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAN) de Minas Gerais a favor da ampliação das atividades da empresa na região do Paraóbeba, que inclui a mina do Córrego do Feijão, em novembro do ano passado, mesmo com os alertas feitos pelo diretor Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Júlio Cesar Dutra Grillo, e representantes da sociedade dentro do Conselho.

Conforme denunciou Maria Teresa Corujo, representante da sociedade, e a única integrante a votar contra a ampliação, são muitas ainda as responsabilidades da Vale que resultaram na catástrofe de Brumadinho. (v em nosso site. “A Vale atropelou tudo para rebaixar risco e operar a barragem”, denunciam membros do COPAN-MG e também em A Vale agiu com insanidade para aumentar o lucro”, denuncia ambientalista).

Só pode haver um motivo para o Sr. Mattar ter as opiniões que expressou. A frente da Secretaria das Privatizações, o crime humanitário e ambiental recorrente da Vale coloca em questão a privatização da empresa, assim como a gana do governo em privatizar as estatais que temos no país.

No mesmo evento, Salim Mattar voltou a defender a privatização, segundo ele, de todas as empresas com exceção da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, sendo que, no caso dos bancos, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, já afirmou que pretende privatizar seus ativos. (v. Ministro reafirma privatização de bancos).

“Vamos surpreender”, disse Mattar, afirmando que o país tem 134 empresas que podem ser privatizadas. “Queremos o povo rico e o estado mais enxuto. Se vendéssemos todas as estatais, poderíamos reduzir a dívida para R\$ 3 trilhões”, declarou.



Reunião da Anfip e entidades na sede da Anamatra, na quarta, 16



Produção variou 1,1% em 2018. Em 2017 índice foi de 2,5%

## Indústria minguou em 2018, diz IEDI

Em dezembro de 2018, a produção industrial registrou queda de -3,6%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No quarto semestre do ano passado, o setor industrial recuou 1,1%.

Já no fechamento de 2018, a indústria cresceu 1,1%, “ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%)”, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou nesta sexta-feira (19) a Pesquisa Industrial Mensal (PIM Brasil).

Segundo o instituto, o recuo de -3,6% do setor industrial em dezembro de 2018 se deu “com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas, 21 dos 26 ramos, 56 dos 79 grupos e 62,5% dos 805 produtos pesquisados”.

As quedas mais significativas entre as atividades ocorreram nos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (-12,0%) e produtos alimentícios (-7,8%).

De acordo com o IBGE, “entre as grandes categorias econômicas, a redução mais acentuada foi em Bens de consumo

duráveis (-14,3%)”.

O IBGE registrou ainda os resultados negativos dos grupamentos de insumos típicos para construção civil (-3,3%) e de embalagens (-2,5%).

O recuo observado no quarto trimestre (-1,1%) “interrompeu o comportamento positivo presente desde o primeiro trimestre de 2017 (1,4%) e permaneceu com a clara perda de ritmo frente aos resultados do primeiro (2,8%), segundo (1,8%) e terceiro trimestres de 2018 (1,2%). A redução na intensidade da produção industrial também foi observada nas quatro grandes categorias econômicas, com destaque para bens de consumo duráveis, que passou de 7,1% no terceiro trimestre de 2018 para -3,1% no quarto”.

Os resultados da produção industrial apontam que o setor mais dinâmico da economia continua frágil, assolado que é por juros reais siderais.

“A indústria operou em dezembro num patamar 2,6% abaixo daquele que operava em junho, quando atingiu o ponto mais alto do ano em termos de pro-

dução”, afirmou o gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo.

O fraco desempenho da produção industrial afetou a geração de empregos no setor. “O crescimento industrial minguou em 2018 e freou a criação de vagas pelo setor, cuja forma principal de contratação é com carteira assinada. O emprego total da indústria avançou +1,1% em 2017 e somente a metade disso em 2018: +0,6% frente ao ano anterior. Pior ainda foi sua evolução trimestral, pois voltou ao vermelho em out-dez/18: -1,2% ou -141 mil ocupados”, destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

“A reação do emprego em 2018 não foi muito significativa. A ocupação cresceu, mas o suficiente apenas para estabilizar a taxa de desemprego que, por sinal, manteve-se em patamar bastante elevado: 12,3%. A perda de dinamismo industrial ao longo do ano passado está na raiz dos resultados insuficientes, sobretudo para o trabalho formal que ainda está no vermelho”, acrescentou o instituto.

## Sustentados pela crise, Bradesco lucra 30,19% e Santander 52,1% em 2018

O Bradesco divulgou nesta quinta-feira (31) seu resultado anual, reportando lucro líquido de R\$ 19,085 bilhões em 2018 – um crescimento de 30,19% sobre o ano anterior.

No mesmo dia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua), mostrando que o ano acabou com 27,4 milhões de pessoas sem trabalho. Isso significa que enquanto a economia sofre as consequências de uma das mais agudas crises da história – os bancos vão muito bem, obrigada.

Na mesma semana, o banco espanhol Santander

também anunciou seu lucro em 2018 no Brasil: um aumento de 52,1%, totalizando uma soma de R\$ 12,166 bilhões.

Resultado semelhante não foi obtido por nenhum índice econômico – e provavelmente, por nenhuma empresa produtiva no país – durante esse período de crise aguda que afeta vários setores da economia. Menos os bancos.

A receita para lucrar na crise é contar com o apoio do Banco Central na hora de praticar uma das maiores taxas básicas de juros do mundo e de permitir que as instituições bancárias se comportem como agiotas na hora de conceder crédito.

O Santander atribuiu à sua crescente rentabilidade no Brasil justamente às operações de crédito, especialmente de pessoa física, contornando a crise pela qual passa o setor produtivo e as empresas.

Essa modalidade se tornou mais rentável primeiro porque as pessoas têm recorrido a empréstimos, ao cheque especial e ao cartão de crédito para despesas cada vez mais corriqueiras – também por conta da crise. Segundo porque essas operações de crédito têm as maiores taxas de juros (em média de 300% ao ano), fazendo com que os bancos literalmente ganhem com a crise.

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000 **Sucursais:** Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 **Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Orlando Silva, líder da bancada do PCdoB

## Líder do PCdoB denuncia manobras do PT para tentar "tutelar" outros partidos

O líder do PCdoB, deputado Orlando Silva (SP), contestou a questão de ordem apresentada pelo líder do Psol, Ivan Valente, apresentada em articulação com o PT, pedindo a reversão da decisão da Presidência da Câmara de reconhecer como participantes de blocos parlamentares os partidos que ainda não tiveram reconhecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a incorporação solicitada. É o caso do PPL pelo PCdoB, do PRP pelo Patriota e do PHS pelo Podemos.

Orlando Silva defendeu as incorporações e a formação do bloco parlamentar para compor a mesa diretora da Casa e criticou o PT por pretender tutelar outros partidos. "O que o PT quer é tutelar o PCdoB e dessa vez, não", disse o deputado.

O líder do PCdoB lamentou que a intenção do Psol, amparada pelo PT, contra os comunistas, não deveria se focar em uma diferença de tática sobre a eleição do presidente da Casa, que opôs o PCdoB ao Psol e ao PT. "Devemos nos focar no depois das eleições, quando estaremos na oposição ao governo Bolsonaro", afirmou.

Segundo Orlando Silva, "o PT está usando o Psol, com todo o respeito, e o PSB, com todo o respeito, para trazer um debate que não cabe. As diferenças táticas da eleição da Mesa da Câmara não podem contaminar a nossa relação política", alertou. "Até porque", prosseguiu Orlando Silva, "depois de hoje, vem amanhã".

"Nos encontraremos nas ruas muitas vezes, nos encontraremos nesse plenário muitas vezes", acrescentou. "Estaremos do mesmo lado muitas vezes", observou.

"Não podemos cometer o erro infantil, primário, de tentar uma retaliação por conta de uma diferença de uma visão tática na eleição da Mesa da Câmara. Pelo amor de Deus. Nós temos que construir a unidade da oposição a Bolsonaro na luta concreta, não no debate abstrato, nem sendo instrumentalizado por partidos por um momento ou outro", advertiu o parlamentar.

O PT ficou bastante incomodado pelo fato do PCdoB e o PDT terem montado um bloco mais forte para compor a Mesa Diretora da Câmara.

A fusão das bancadas de três partidos foi aceita parcialmente na quinta-feira (31) pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, enquanto não se concretiza na Justiça Eleitoral.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Vale causa tragédia e Bolsonaro diz que fiscalização é excessiva

Luís Macedo/Agência Câmara



Trabalhos legislativos começam com a leitura da mensagem presidencial

## Maia é reeleito no primeiro turno para a presidência da Câmara dos Deputados

O deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reeleito na sexta-feira (19) presidente da Câmara com 334 votos. Na votação, ele teve 77 votos a mais do que o necessário para se eleger no primeiro turno.

Em 2017, quando foi eleito presidente da Casa pela segunda vez, o deputado fluminense recebeu 293 votos. Quinze partidos apoiaram a eleição de Rodrigo Maia. O PDT e o PCdoB organizaram o segundo bloco, com 105 deputados, ultrapassando o bloco liderado pelo PT que reuniu 98 parlamentares. Com os 105 parlamentares, os dois partidos conseguiram prioridade na ocupação dos espaços na mesa diretora.

Os demais candidatas à direção da Câmara apenas marcaram posição no pleito. O segundo colocado na disputa foi o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG), que recebeu 66 votos. Marcelo Freixo (Psol-RJ) recebeu

50 votos e foi o terceiro colocado no pleito. JHC (PSB-AL) recebeu 30 votos; Marcel Van Hattem (NOVO-RS) recebeu 23; Ricardo Barros (PP-PR), 4; e General Peternelli (PSL-SP) recebeu 2 votos. "A Presidência da Câmara precisa de um presidente que tenha experiência, que tenha equilíbrio", disse Maia em seu discurso como candidato. Ele prometeu "respeitar igualmente todos os deputados da Casa".

O partido do presidente Jair Bolsonaro, PSL, não conseguiu viabilizar nenhum nome que se apresentasse ao governo na disputa pela comando da Câmara. O PSL acabou aderindo à candidatura de Rodrigo Maia.

Setores progressistas, entre eles o PDT e o PCdoB, consideram que Maia tem melhores condições para garantir a independência necessária do Legislativo. Em sua opinião não é hora de marcar posição. É necessário que

haja respeito à democracia e que os movimentos sociais sejam respeitados. O candidato do Psol, Marcelo Freixo, que teve o apoio declarado do PT, não conseguiu nem os votos de toda a bancada petista. Ele obteve apenas 50 votos.

No início da sessão, o Psol e o PT, se utilizando de uma manobra regimental, questionaram o fato da Câmara Federal ter reconhecido oficialmente a incorporação do Partido Pátria Livre (PPL) ao PCdoB para efeitos da formação do bloco que desbancou a maioria atingida na véspera pelo bloco do PT. O líder do PCdoB, Orlando Silva, alertou esses partidos de que essa era uma atitude oportunista e irresponsável. "Principalmente num momento como este em que o fascismo avança no Brasil. Esperávamos que esse ataque viria pela direita", disse.

Continua em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Alcolumbre vence no Senado; cumplicidade com o PT arrasa a candidatura de Renan

Renan Calheiros pagou o preço por ter se comportado como - e de ser - o que um parlamentar chamou "puxadinho do PT".

Sua derrota, na eleição para a presidência do Senado, foi tão fragorosa, que ele não suportou ficar no plenário até o fim da votação, coisa que, aliás, não é bonita de se ver, nem recomenda o cidadão.

Depois de iniciada a votação definitiva, Calheiros atropelou o processo para retirar a sua candidatura - pretextando uma suposta falta de democracia: "Esse processo não é democrático. (...) Se eles podem tudo, Sr. Presidente, se eles podem tudo, eu disse ontem, sou eu que vou ser o cavalo do cão contra a Constituição, o Regimento, contra a maioria do voto? Eu não sou candidato para defender a democracia e o interesse do Brasil. Não há mais objeto da eleição".

O que ele chamava de falta de democracia era o fato de não ter votos para se eleger presidente do Senado. Estranha concepção de democracia, em que o único resultado aceitável é a própria vitória - caso contrário, acusa-se os outros de falta de democracia.

Calheiros saiu do Senado sem votar. O senador David Alcolumbre (DEM-AP) venceu a eleição para presidente do Senado, com 42 votos em um total de 77.

Quatro senadores não votaram: além de Calheiros (MDB-AL), Jader Barbalho (MDB-PA), Eduardo Braga (MDB-AM) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A votação dos outros candidatos foi: Esperidião Amin (PP-SC): 13 votos; Angelo Coronel (PSD-BA): 8 votos; Reguffe (sem partido-DF): 6 votos; Renan Calheiros (MDB-AL): 5 votos; Fernando Collor (Pros-AL): 3 votos.

## Flávio Bolsonaro homenageou integrantes da "guarnição do mal"

Mais um fato liga o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) às milícias e aos grupos de extermínio do Rio de Janeiro. Reportagem de O Globo, deste fim de semana, revela que ele, ainda como deputado estadual, promoveu uma homenagem a sete integrantes do batalhão do ex-capitão da PM, Adriano Magalhães da Nóbrega, que é apontado pelo Ministério Público do Rio (MP-RJ) como chefe da milícia do Rio das Pedras e do chamado "Escritório do Crime".

Os homenageados de Flávio eram lotados no 16º BPM (Olaría), integravam um grupo conhecido entre as comunidades da Zona Norte da cidade como "guarnição do mal" e receberam moções de

louvor na Alerj em 4 de novembro de 2003, ainda durante o primeiro mandato de Flávio na Casa. Só mais um PM da ativa seria homenageado na ocasião: Fabrício Queiroz, que se tornaria assessor de Flávio e que, segundo o Conselho de Acompanhamento Financeiro (Coaf), movimentou, no gabinete do deputado, R\$ 7 milhões em três anos em sua conta bancária, R\$ 1,2 milhão só entre 2016 e 2017, sem ter rendimentos compatíveis.

O ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega foi novamente homenageado por Flávio Bolsonaro em 2005. Nesta homenagem ele recebeu a maior comenda do Estado, a medalha Tiradentes, só oferecida

a pessoas que prestaram grandes serviços ao povo e ao Estado do Rio de Janeiro. Pois bem, Adriano Magalhães da Nóbrega estava preso quando recebeu a medalha, acusado de assassinato de um jovem que denunciou as ameaças da milícia.

Após a primeira homenagem, num período de cerca de um mês, Adriano e os mesmos colegas do Grupamento de Ações Táticas (GAT) se envolveram no sequestro, tortura e extorsão de três jovens da favela de Parada de Lucas, na Zona Norte. Até que, em 27 de novembro daquele ano, eles foram apontados como os executores do morador Leandro dos Santos.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Falou isso em mensagem ao Congresso Nacional

Em mensagem dirigida ao Congresso Nacional, na segunda-feira (04), por ocasião da abertura dos trabalhos do ano legislativo, Jair Bolsonaro voltou a repetir que os órgãos responsáveis pela defesa do meio ambiente "atrapalham quem quer produzir". "O meio ambiente virou bandeira ideológica, prejudicando quem produz e quem preserva - que, diferentemente do que se prega, são as mesmas pessoas", disse ele, acrescentando que mesmo com fiscalização demais "não conseguiu coibir a tragédia de Brumadinho". "De novo: mais um objeto de discurso, que, na prática, ficou desprotegido", acrescentou.

Bolsonaro prosseguiu em seu detalhamento da mensagem aos parlamentares e disse que está "entre os desafios para os próximos anos a redução do tempo de elaboração de licenças ambientais".

Ou seja, o que Bolsonaro quis dizer é que a tragédia de Brumadinho, que vitimou 134 pessoas - quantidade de corpos localizados até o fechamento desta edição -, que soterrou pelo menos outras 199 pessoas - que ainda não foram localizadas - e que arrasou o meio ambiente da região, destruindo casas, sítios e matando as águas do rio Paraopeba, foi causada pelo "excesso de fiscalização" que, em sua opinião, estaria ocorrendo sobre a atuação da Vale e de outras empresas.

Provavelmente foi o mesmo "excesso de fiscalização" sobre a Vale, apontado por Jair Messias Bolsonaro, em sua mensagem, que também foi responsável pela devastação, há três anos, da Bacia do Rio Doce, soterrando outras 20 pessoas, sendo 19 encontradas, e um morador, que até agora continua desaparecido. Ou, quem sabe, não seriam as "exageradas multas" que a Agência Nacional de Mineração (ANM) estaria aplicando às mineradoras que estariam causando a estagnação econômica do país.

Bolsonaro está insinuando, inclusive que os fiscais, apesar de estarem "perseguido as empresas", não estariam reduzindo os "desastres ambientais". Solução apresentada: acabar com os fiscais.

São essas "punições pecuniárias" da ANM, que têm como teto miseráveis R\$ 3,2 mil - para ser mais exato R\$ 3.293,90 -, que Bolsonaro costuma chamar de "indústria da multa". E que, segundo ele, "inibe aqueles que querem produzir". Como se esse valor, que por coincidência, depois da derrocada criminosa da barragem de Brumadinho, aumentou para R\$ 3.421,06 (DOU de 31 de janeiro de 2019) fosse fazer alguma diferença nos cofres de grandes mineradoras, que estão destruindo o meio ambiente e matando pessoas pelo Brasil afora.

A Agência Nacional de Mineração, órgão do governo federal responsável pela regulação do setor, tem 32 funcionários no setor de fiscalização, e é ela a responsável por fiscalizar a parte física

## Projeto anticrime determina prisão em segunda instância, mas policial que matar inocente pode ficar impune

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, apresentou na segunda-feira (4) um projeto de lei anticrime que contém mudanças em 19 áreas. Entre os itens de destaque do texto está o que estabelece a prisão após condenação em segunda instância como regra no processo penal e a criminalização do caixa 2.

O projeto tem propostas de alterações em 14 leis. O texto prevê, entre outros pontos, modificar trechos do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Execução Penal, da Lei de Crimes Hediondos e do Código Eleitoral. Moro afirmou que a "ideia principal" do pacote de medidas é "melhorar a qualidade de vida" dos brasileiros, que desejam "viver em um país mais seguro".

Com relação à execução da pena após condenação em segunda instância, o texto determina que a prisão seja a regra no processo penal.

O projeto acrescenta um artigo ao Código de Processo Penal em que estabelece que um tribunal, ao proferir acórdão condenatório, "determinará a execução provisória das penas privativas de liberdade". Pela proposta, o tribunal poderá "excepcionalmente" não determinar a execução provisória da pena se houver uma "questão constitucional relevante" no caso específico.

Sobre o caixa 2, a proposta estabelece que será crime arrecadar, manter, movimentar ou utilizar valores que não tenham sido declarados à Justiça Eleitoral.

A proposta altera ainda a Lei

das 740 barragens de rejeitos de mineração instaladas por todo o país. Esse deve ser o "excesso de fiscais" a que Bolsonaro se refere.

O fato da mensagem do Planalto se referir a uma suposta "demora para liberar licenças ambientais para quem quer produzir", apenas dez dias após as trágicas imagens de Brumadinho - provocadas pela ganância desenfreada e a irresponsabilidade criminosa da Vale - é uma afronta à consciência nacional.

A mesma Vale, que está, inclusive, com funcionários presos por fraudar laudos sobre a barragem de Brumadinho, no afã de elevar sua produção a qualquer custo, como denunciou Maria Teresa Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc-CBH).

As denúncias foram feitas na reunião da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), que é uma instância do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (CO-PAM/MG), órgão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais. Ela ocorreu no dia 11 de dezembro de 2018.

Ali travou-se uma batalha renhida, conduzida por ativistas ambientais, particularmente por Maria Tereza Corujo, representante do Fonasc-CBH, contra a intenção da Vale e de representantes do governo de Minas de reativar a barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Neste reunião, extraordinária, convocada às pressas pelo governo, outra mineradora, a Anglo American também tinha pretensões de aumentar sua produção.

Com o seu protesto, e o seu voto contra, além da abstenção do representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Júlio Cesar Dutra Grillo, a Vale conseguiu reduzir a classificação de risco da barragem I de Brumadinho do nível 6 (alto risco) para nível 4 (risco médio). O objetivo da mineradora era aumentar a produção através do reaproveitamento dos rejeitos alocados na barragem que desabou. Até agora a mineradora não revelou se já havia iniciado as obras quando a barragem desabou.

Não é à toa que a revista global de língua inglesa, Financial Times, porta-voz dos especuladores, saiu rapidamente em defesa do presidente da Vale, Fábio Schvartsman, como sendo o "principal responsável pelo vigoroso aumento dos dividendos dos acionistas da Vale". Ele estava dando tudo pelos acionistas. Por isso recebeu os rasgados elogios da revista. Os funcionários do refeitório e os moradores de Brumadinho... ah, paciência. Quem mandou eles estarem ali naquela hora? Tudo estava rigorosamente sendo feito pela obtenção do lucro máximo dos acionistas! O resto... que se dane.

A íntegra do texto está em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

S. C.

## Bancada do PCdoB alerta para jogo baixo do PT e Psol e "exige respeito"

A bancada de deputados do PCdoB emitiu uma nota, na sexta-feira (01), denunciando uma manobra regimental casuística, questionando o reconhecimento pela Câmara dos Deputados da incorporação do PPL ao PCdoB, decidida em seus respectivos órgãos de direção partidária.

"Lamentavelmente, por uma visão pontual e casuística, por pura conta matemática de tamanho de blocos na casa, o Psol, sustentado pelo PT e PSB, nossos aliados de 30 anos,

tentou por manobra regimental atingir a nossa liberdade de organização e questionar a nossa decisão de incorporar o PPL, o que já foi reconhecido pela Câmara dos Deputados", diz um trecho da nota.

"Esperávamos este ataque pela direita, pelos que não aceitam nossa história e ideologia, pelos que querem nos aniquilar, nos criminalizar, impedir nossa luta", acrescentou o documento, divulgado pela bancada.

Leia a íntegra da nota do PCdoB em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Ministro do Turismo usou candidaturas laranjas para desviar dinheiro do fundo

O ministro do Turismo de Jair Bolsonaro, Marcelo Alvaro Antônio, que presidiu o PSL de Minas Gerais, pediu ao órgão nacional do partido o repasse de R\$ 279 mil do fundo eleitoral para candidaturas laranjas que somaram apenas 2 mil votos, mas repassaram, ao menos R\$ 85 mil para empresas ligadas aos assessores do atual ministro.

As candidatas foram Lillian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes e Naftali Tamar, todas de Minas Gerais. O valor foi solicitado por Marcelo Alvaro Antônio ao partido nacional e se refere aos 30% que os partidos devem destinar às candidaturas femininas.

Porém, apesar de todas elas aparecendo entre as vinte campanhas mais caras do partido, o

desempenho eleitoral das candidatas foi pífio: somaram somente 2.097 votos.

Marcelo Antônio foi eleito deputado federal pela primeira vez em 2014 pelo PR. Manteve-se no partido até janeiro de 2018, quando o trocou pelo PSL de Jair Bolsonaro. Nesta eleição, foi reeleito deputado federal por Minas Gerais.

Uma das ex-candidatas, Débora Gomes, recebeu R\$ 72 mil para realizar sua campanha eleitoral e obteve apenas 885 votos. Do valor recebido, gastou R\$ 30 mil em empresas cujo dono é Reginaldo Soares e R\$ 7,6 mil em outra de Mateus Von Rondon. Além disso, gastou R\$ 10 mil em uma empresa cuja dona é sócia de Reginaldo na anterior.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# A premeditação do crime da Vale em Brumadinho

Como a Vale burlou o licenciamento trifásico para ampliar a produção de minério em Brumadinho por quatorze anos

Informou o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, que o alarme da barragem de Brumadinho não tocou porque “a sirene foi engolfada pela barragem antes que ela pudesse tocar”.

Se não fosse a tragédia, com mais de uma centena de mortos e mais de duas centenas de pessoas desaparecidas, seria uma tentação ir para o campo da galhofa.

Mas esse direito nós não temos – e ninguém tem.

Resta apenas frisar que a Vale instalou uma sirene em um local onde ela seria a primeira atingida, em caso de catástrofe.

De certa forma, é uma síntese da preocupação humana da Vale e outras mineradoras.

Assim, a pergunta “como foi possível, depois do desastre de Mariana, acontecer o desastre de Brumadinho?”, foi respondida por Maria Teresa Corujo, do [Forum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas](#) (Fonasc-CBH):

“Eles [os que controlam as mineradoras] escolheram de forma muito consciente não fazer o que tem que ser feito. Ali, havia trabalhadores que jamais imaginariam que aquela barragem estava sob algum tipo de risco. Isso é o mais monstruoso. Mas eles são tão prepotentes no modo de atuar que, ao fazer as suas operações, eles não fazem o cálculo do pior cenário. Eles trabalham sempre na perspectiva de continuar produzindo muito e aumentar o lucro. Quando eles avaliam a legislação, eles pensam que se ela interferir no negócio, não tem problema. Eles fazem lobby para alterar a legislação e deixar o cenário mais fácil para licenciar as obras. Eles não trabalham na perspectiva de que eles atuam com uma atividade econômica de altíssimo risco. Qual o sentido de ter um refeitório abaixo de uma barragem de rejeitos?”

Maria Teresa foi a única integrante da Câmara de Atividades Minerárias de Minas Gerais a votar contra, em dezembro, à preensão da Vale de aumentar a produção – e não somente isso, como veremos – na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

A Câmara de Atividades Minerárias (CMI) é uma instância do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM/MG), por sua vez um órgão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais.

A função da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) é, precisamente, conceder ou não as licenças para os projetos e atividades das mineradoras.

O grifo em “ou não” é porque essa alternativa deixou de existir, mesmo depois da destruição de Bento Rodrigues, em Mariana, com 19 mortos, em novembro de 2015:

“O Copam já teve 40 reuniões. Todas as reuniões são para licenciar a mineração de qualquer forma. Alguns processos têm mais problemas, outros menos. Mas todos são licenciados. Aquilo virou uma fábrica de licenciamento”, declarou Maria Teresa.

## ALTERAÇÃO

Aqui, acontece algo semelhante ao que já vimos, em outra situação, no caso da Odebrecht.

A privatização da Vale do Rio Doce (cujo nome foi alterado, em seguida, para Vale S.A.), criou um monopólio privado sobre as riquezas minerais não-renováveis do Brasil (com exceção, evidentemente, da área petrolífera) – especialmente sobre o minério de ferro.

Porém, antes, em 1995, fora alterado o primeiro parágrafo do artigo 176 da Constituição. O texto aprovado em 1988 pela Constituinte era o seguinte:

“A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.”

Em 1995, a Emenda Constitucional nº 6 alterou esse texto para:

“A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.”

Isso abriu as portas – ou, melhor, o subsolo – do país para as mineradoras estrangeiras, a começar pela Anglo American, mas também: Anglo Gold Ashanti, Kinross, Yamana/Briogold, Beadell Resources, Cleveland Mining Company, Brazil Resources, Ashburton, Jaguar Mining, Crusader do Brasil Mineração, Forbes & Manhattan, Orinoco Gold, Miner Gold, Iamgold, Amarillo, Luna/Arizona, Carpathian, Troy, NXGold, Amerix, Brazilian Gold, Magellan, Verena, Golden Tapajós, Guyana Frontier (v. [A espolição mineral do Brasil](#) in América do Sol nº 1).

Houve algumas figuras – sobretudo naqueles bolsões de imbecis que vagam pela Internet – que viram, na entrada dessas mineradoras, um aumento da “concorrência”.

Pelo contrário, a Vale se compôs muito bem com as mineradoras estrangeiras. Tanto internamente – no esquadramento de Minas Gerais, Pará e outros Estados ricos em minérios – quanto externamente, ao formar com a BHP Billiton e Rio Tinto, um cartel para impor preços de monopólio ao minério de ferro proveniente do Brasil, Canadá e Austrália.

E verdade que, como a China importa oito vezes mais minério de ferro que o segundo maior importador (o Japão), isso faz com que os chineses tenham poder na

negociação do preço (algo que os economistas chamam de “poder monopsonico”, isto é, o monopólio ao contrário, não das vendas, mas das compras).

Entretanto, é claro que a participação da Vale no cartel minerário é feita às custas de depredar o nosso país.

Em outras palavras: tal como no caso da Odebrecht, a Vale prefere juntar-se aos monopólios estrangeiros contra os interesses do país: o que importa é o ganho, mais especificamente, o super-ganho.

Difícilmente se pode concluir que a Vale, Anglo American e outras mineradoras conseguem suas licenças e privilégios, assassinando gente debaixo de lama e refúgio, por sua honestidade impar (ou par). Muito menos, é claro, por sua competência.

Folheando as atas da Câmara de Atividades Minerárias de Minas Gerais, existem argumentações que seriam surpreendentes pela estupidez – se o problema fosse a estupidez.

No entanto, os integrantes não parecem – e não são – estúpidos, apesar de suas argumentações estúpidas.

Em algumas delas, há um odor de carreirismo indiscutível. Em outras, parece haver medo das mineradoras.

Mas, existem aquelas cujo cinismo é explícito.

Achar que isso acontece espontaneamente, sem um razoável estímulo monetário – depois do que aconteceu em Mariana –, não nos parece saudável nem muito inteligente.

Agora, cumpre à Polícia e ao Ministério Público as investigações. Mas temos o direito – e, mais que o direito, o dever – de desconfiar e tornar suspeitas as ações para privilegiar as mineradoras. Há 110 cadáveres – no mínimo – que nos dão esse direito e exigem esse dever.

Podemos começar pela seguinte questão, que já levantamos em outro artigo: por que, de todos os secretários do governo de Fernando Pimentel, do PT, o novo governador, Romeu Zema, do Novo, resolveu manter o secretário do Meio Ambiente, Germano Luiz Gomes Vieira, o mesmo que deflagrou, no governo petista, o protecionismo escancarado à Vale e às outras mineradoras?

O que Zema acha do assunto é que a regulação das mineradoras deve ser entregue ao mercado. Vejamos o seguinte trecho de seu programa de governo, registrado no TRE-MG:

“Grande parte dos licenciamentos feitos hoje pelo estado desincentivam o ambiente de negócios, criam burocracia, atrasos e muitos gastos para quem deseja empreender. (...) Assim, a atividade regulatória exercida pelo estado deve presumir a inocência por parte do agente econômico, e em contrapartida deve-se garantir que a punição e a responsabilização serão severas em caso de irregularidades. Ademais, é possível transferir parte da atividade de regulação para o mercado por meio de certificações e selos de instituições privadas, de forma a incentivar ainda mais o ambiente de negócios” (cf. Romeu Zema, [Plano de Governo](#), p. 18).

Ao presumir a “inocência por parte do agente econômico”, qualquer fiscalização torna-se impossível, pois a própria necessidade de fiscalizar pressupõe a possibilidade de culpa, de infração, de transgressão.

Porém, essa política é a mesma de Pimentel – que levou ao crime de Brumadinho.

Já se sabe, portanto, por que Zema manteve o secretário do Meio Ambiente do governo do PT.

## TRAMITAÇÃO

O rito funcionava do seguinte jeito: a mineradora pedia a licença.

No caso de Brumadinho, a Vale pediu, e foram concedidas, três licenças ao mesmo tempo: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) – o que é um absurdo, pois essas três licenças deveriam constituir três etapas do licenciamento (“licenciamento trifásico”), para que se pudesse verificar, em cada fase, determinado projeto – sua adequação, seu interesse social e seu risco, inclusive com a participação da população que será atingida.

Além disso, em Brumadinho, a Vale pediu o licenciamento por 14 anos, até 2032.

Mas, continuando o rito: o segundo degrau era (ainda é) a confecção de um “Parecer Único” pela Secretaria do Meio Ambiente, mais especificamente, pela Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri) dessa Secretaria.

Esse Parecer Único é que era julgado pela Câmara de Atividades Minerárias.

O Parecer Único, em geral, tinha uma renúncia-padrão às responsabilidades. Por exemplo, no Parecer Único sobre a Mina do Córrego do Feijão há o seguinte parágrafo:

“Cabe esclarecer que a Superintendência de Projetos Prioritários não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s)” (cf. [Parecer Único nº 0786757/2018 \(SIAM\), de 20/11/2018](#), p. 101).

Como é que um órgão do governo, a Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri) da Secretaria de Meio Ambiente, apresenta um parecer descaradamente a favor de estender privilégios de uma mineradora por 14 anos, e estabelecer outros, sem se responsabilizar pelas informações de seu próprio parecer?

Somente isso já deveria proporcionar cadeia a quem assina tal documento.

C. L.

Leia a matéria completa no portal [Hora do Povo](#)



Bombeiros atuam na buscas das vítimas da Vale em Brumadinho

## Número de mortos chegou a 134; 199 ainda desaparecidos

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a Defesa Civil do estado atualizaram, nesta segunda-feira (4), em 134 o número de mortos, após o rompimento da Barragem da Mineradora Vale, em Brumadinho. Desse total, 120 já tiveram as identidades confirmadas pelas autoridades. Além disso, 199 pessoas ainda permanecem desaparecidas.

As buscas foram suspensas pelo Corpo de Bombeiros por cinco horas, durante a forte chuva que caiu sobre o município na manhã e o início da tarde desta segunda-feira. Este foi o 11º dia de resgates.

O tenente Pedro Aihara, porta-voz dos Bombeiros, admitiu a possibilidade de corpos não serem encontrados em meio ao “mar de lama” que tomou conta da região após o rompimento da barragem administrada pela Vale.

“A gente trabalha o mais rápido possível para encontrar o maior número (de corpos). Só que, evidentemente, pela característica da tragédia e a situação biológica de decomposição, alguns corpos a gente estima que eles infelizmente não serão possíveis de serem recuperados, mas trabalhamos

para que seja o menor número possível”, afirmou Aihara.

O tenente está na linha de frente do contato com os parentes das vítimas, que o procuram desesperados. “Como as pessoas veem meu rosto e acabam associando com os bombeiros é natural que me procurem, porque enxergam em mim o representante da instituição. O tempo todo perguntam: ‘Já sabem onde está o meu parente? Eu não sei de nada, conseguem me ajudar?’”, contou. “Abraçar a todas essas famílias e sentir essa dor que eles estão sentindo é o maior desafio para mim”, disse Aihara.

Para ele encerrar as buscas sem ter encontrado todos os corpos será o momento mais difícil. “Esperamos que antes disso a gente tenha conseguido encontrar o maior número de corpos possível. Essa notícia de encerrar as buscas sem ter encontrado todo mundo, acho que vai ser o momento mais difícil dessa operação. É a notícia que eu não quero dar. Não quero ser o porta-voz dessa tragédia.”

Segundo Aihara, a estimativa é que os trabalhos em Brumadinho levem até seis meses para serem concluídos.

## “Rio Paraopeba está morto”

O secretário de governo da prefeitura de Brumadinho (MG), Ricardo Parreiras, declarou neste domingo (3), que “não existe mais vida aquática no Rio Paraopeba”.

O rio foi totalmente atingido dominado pela lama com resíduos de decorrentes do rompimento da Barragem de Brumadinho. De acordo com o secretário a água nas proximidades da cidade está completamente contaminada e que o nível de oxigênio necessário para sobrevivência de peixes e outras formas de vida é zero.

A declaração do governo retrata exatamente as pesquisas realizadas pela ONG SOS Mata Atlântica, que percorreu parte do Rio Paraopeba na última semana e concluiu que, do ponto do rompimento da barragem até pelo menos 40 km, o rio está morto.

Segundo a especialista em água da ONG, Malu Ribeiro, a água tinha uma contaminação quase cem vezes o indicado pela legislação para águas de rios e mananciais e que o rio “mais parecia um tijolo líquido”.

Tal fato levou a concessionária Águas de Pará de Minas, do município de mesmo nome localizado a 76 km de Brumadinho, a suspender a captação de água do rio Paraopeba

para o abastecimento de cerca de 100 mil habitantes da região.

No entanto, Malu Ribeiro ainda acredita que o rio pode ser recuperado. “Os grandes rios têm uma grande capacidade de regeneração. Mas, pra que isso aconteça, é fundamental que toda a mata que ele perdeu com essa devastação seja recomposta, que o solo seja recomposto, porque é justamente a floresta que mantém o ciclo hidrológico. É isso que o rio precisa agora.”

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba), Winston Caetano de Souza, salienta que, apesar do monitoramento feito pelos órgãos ambientais, serão necessárias análises mais profundas para saber a dimensão da contaminação do rio por metais pesados, principalmente, em relação aos organoclorados. “Dai, poderemos fazer uma avaliação mais acertada”, observa. “São aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios. Portanto, ainda é cedo para fazermos uma avaliação nesse momento”, afirma Souza. Por outro lado, ele lembra que os comitês de bacias, os órgãos ambientais e os municípios aguardam o plano de recuperação ambiental a ser apresentado pela Vale.



A água do rio Paraopeba “mais parecia um tijolo líquido”



## Sabrina Bittencourt, que denunciou João de Deus, comete suicídio

A ativista e fundadora do movimento Combate ao Abuso no Meio Espiritual (Coame), Sabrina Bittencourt, morreu por volta das 21 horas desse sábado (2), em Barcelona, na Espanha. Ela foi responsável por coletar diversas denúncias e ajudar a desmascarar o médium João de Deus, acusado em múltiplos casos de abuso sexual.

A morte foi confirmada pelo filho Gabriel Baum e por Maria do Carmo Santos, presidente do grupo Vítimas Unidas, criado por mulheres abusadas pelo ex-médico Roger Abdelmassih, com quem Sabrina lutava para coletar provas e reunir vítimas para denunciar crimes sexuais.

De acordo com informações do Estado, Sabrina teria se comunicado com o jornal no início da tarde deste sábado para dar detalhes sobre as denúncias em curso: “Estou tratando um linfoma e não vejo meus filhos para poder ajudar todo mundo”. Ainda segundo o Estado, durante a conversa ela disse estar sendo perseguida.

Em nota, assinada pela presidente Maria do Carmo, o grupo Vítimas Unidas disse: “A ativista cometeu suicídio e deixou uma carta de despedida relatando os porquês de tirar sua própria vida. Pedimos a todos que não tentem entrar em contato com nenhum integrante da família, preservando-os de perguntas que sejam dolorosas neste momento tão difícil. Dois dos três filhos de Sabrina ainda não sabem do ocorrido e o pai, Rafael Velasco, está tentando protegê-los. Ainda não temos informações sobre o local do velório, nem mesmo onde ela será enterrada”.

“A luta de Sabrina jamais será esquecida e continuaremos, com a mesma garra, defendendo as minorias, principalmente as mulheres que são vítimas diárias do machismo”, informou o movimento.

O filho Gabriel Baum confirmou a morte da mãe em uma rede social. “Ela não queria ser morta pelas quadrilhas nem pelo câncer. Minha mãe lutou até o final. Ela não desistiu. Ela só se libertou do inferno que estava vivendo”, disse.

Sabrina estava diretamente envolvida na coleta de denúncias de vítimas de João Teixeira de Faria, o João de Deus, acusado de abusos sexuais e preso desde dezembro.

“Confirmando que Sandro Teixeira tem ameaçado nossas testemunhas, coagido, entrado na casa das pessoas, proíbe que falem comigo, Maria do Carmo Santos e Vana Lopes, do Grupo Vítimas Unidas. Estamos protegendo várias destas vítimas e testemunhas”, disse em declaração na semana passada.

Durante a repercussão do caso João de Deus, Sabrina disse ter recebido ao menos 185 denúncias contra 13 líderes espirituais brasileiros desde setembro. Sabrina começou a reunir os relatos após mulheres relatarem supostos abusos cometidos pelo guru Sri Prem Baba.

Em contato com supostas vítimas do guru, Sabrina teria percebido que as mulheres estariam sofrendo ameaças, o que a motivou a criar um movimento organizado de denúncias. Em um mês, foram 103 relatos.



## TJ-AC manda investigar secretário por ligação com o Comando Vermelho

A Justiça do Acre determinou nesta sexta-feira (1) que o Secretário da Polícia Civil do estado Rêmulô Diniz seja investigado pela Corregedoria da Polícia e pelo MP (Ministério Público).

Rêmulô é acusado de ter ligação com a organização criminosa CV (Comando Vermelho). A informação era de que o delegado facilitava as ações dos criminosos no estado.

O nome de Diniz apareceu em uma investigação da Promotoria e da Polícia Civil, iniciada em maio de 2018, que visava desarticular ações criminosas praticadas pelo CV no Acre. Interceptações telefônicas apontaram para supostos crimes de falsidade ideológica em boletins de ocorrência, prevaricação, violação de sigilo profissional, formação de quadrilha, abuso de autoridade e fraude processual.

Com os indícios apontados na investigação, a Polícia Civil pediu que a Corregedoria e o MP investigassem as condutas do delegado. O que não havia ocorrido até a decisão judicial desta sexta-feira, assinada pelo juiz Raimundo Nonato da Costa Maia. O secretário afastado afirma ser inocente, que houve uma orquestração para derrubá-lo do cargo e que nunca foi intimado a depor.

“Em relação ao pleito referente à conduta do delegado de Polícia Civil Rêmulô Diniz, em que pese a autoridade policial que presidiu o respectivo inquérito não tenha se manifestado no sentido do indiciamento do delegado relacionado a prática de crimes, entendemos que, neste momento processual, dada a conclusão das investigações, deve ser autorizado o compartilhamento de provas para apuração dos fatos que entenderem pertinentes”, escreveu o juiz.

No Acre, a Polícia Civil é administrada por secretaria própria, não estando abaixo da Secretaria de Segurança Pública, como costuma ocorrer na maioria dos estados brasileiros.

## Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos - (5)

Continuação da página 8

ASTROJILDO PEREIRA

20 João Pandiá Calógeras, **Formação Histórica do Brasil**, 1ª ed., Rio, s.d., p. 370.

21 *Apud* André Rebouças, **op. cit.**, p. 178.

22 Sílvio Romero, **História da Literatura Brasileira**, 3ª ed., Rio, 1943. v. I, p. 27.

23 **Elogios Acadêmicos e Orações de Paraninfo**, p. 130.

24 João Mangabeira, **Rui - O Estadista da República**, Rio, 1943, p. 288.

25 **Discursos e Conferências**, ed. cit., p. 204.

26 Cf. André Rebouças, **Diário e Notas Autobiográficas**, Rio, 1938.

27 Rui Barbosa, **A Questão Social e Política no Brasil**, conferência incluída no volume **Campanha Presidencial**, pp. 116/17.

28 "Art. X Todos os homens de cor forros, que não tiverem ofício, ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão outrossim dele os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo" (**Op. cit.**, pp. 29/30).

29 "Cinquenta e cinco anos se passaram sobre esse programa e a propriedade continua enfeudada. Na mais reacionária, iníqua e estúpida de suas formas - na enfiteuse, instituto do direito romano, expandido sob o domínio feudal. Forma parasitária da propriedade, pela qual o landlord usufrui e dissipa, nas cidades, o fôro que lhe paga o camponês, na dura labuta de todos os dias, curvado sobre a terra, mãe comum de todos os homens" (João Mangabeira, **op. cit.**, p. 289).

30 Sílvio Romero, **O Brasil na Primeira Década do Século XX**, Lisboa, 1912, p. 92.

31 Discurso na Câmara dos Deputados, em 28 de julho de 1884.

32 Elemento Servil, discurso proferido na Câmara dos Srs. Deputados pelo deputado Rui Barbosa. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1884. Folheto de 20 páginas.

# Movimento Brasil Metalúrgico convoca ato unitário em SP contra ameaças da GM



Encontro reuniu sindicatos, centrais e federações de diversas regiões



## A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Índios relatam que filha "adotiva" de Damares foi sequestrada de tribo

Os índios da aldeia kamayurás, no Xingu, relataram à revista *Época* que a filha adotiva da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e pastora Damares Alves, foi levada irregularmente da reserva indígena do norte de Mato Grosso.

Na verdade, pelo que contam os índios, a menina Kajutiti Lulu Kamayurá, então com 6 anos, foi sequestrada.

Lulu, hoje com 20 anos, é apresentada pela ministra como sua filha adotiva, mas a adoção nunca foi formalizada legalmente, em busca da maximização dos lucros, são os servidores do Estado que se mobilizam para atender à população atingida.

Na segunda-feira (28), 280 homens do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais foram mobilizados para dar continuidade às buscas.

O governador do Estado, Romeu Zema (Novo), prometeu anunciar uma forma de pagamento para o décimo terceiro de 2018. Porém, não disse quando fará. A Secretaria Estadual da Fazenda confirmou o depósito da última parcela dos salários de janeiro no dia 28.

Nesse esforço, eles realizam a sua missão sem a contrapartida mínima do Estado, que é o pagamento de seus salários.

ria, foi direta: "Nunca", contou a avó. A ministra e Márcia, na época, já estavam à frente da ONG Atini, fundada por elas, que é conhecida, inclusive dentro da Funai, por incitar o ódio à cultura e aos costumes indígenas, com pretextos humanitários.

Em 2013, Damares afirmou em um culto que além de Lulu ter sido salva do infanticídio e ter sido maltratada pela miséria dos kamayurás, a menina seria escrava do próprio povo.

"Quero mostrar pra você uma menina de 6 anos, que foi escravizada em sua aldeia e tem uma história terrível. Mas eu não vou contar a história, não, porque esta é minha filha. Eu quero mostrar como está minha filha hoje: a cara da mãe", disse, projetando fotos da menina.

Em outra ocasião, a pastora falou em um canal do You Tube: "No povo dela, quando Lulu nasceu, mãe solteira não podia criar filhos e tinha de manter o bebê". Ela não explica, no entanto, porque Lulu não havia tido este fim e, quando ela a tirou da aldeia, estava sendo criada pela avó com a ajuda de um tio.

A irmã do Pajé Kamayará, Mapulu, também confirmou a versão do sequestrador da menina: "Márcia veio na Kuarup (festa tradicional em homenagem aos mortos), olhou os dentes todos estragados (de Lulu) e falou que ia levar para

tratar".

Os repórteres contam que, enquanto ainda estavam no Xingu foram procurados pela ministra que, via WhatsApp, disse: "à disposição para responder às perguntas (...) sobre nossas crianças, sobre minha filha e sobre as famílias". "Não temos nada a esconder. Mas insisto: tratem tudo com o olhar especial para estes povos, para as mães e crianças que sofrem".

No entanto, procurada pela revista em Brasília, ela se recusou a dar entrevista e respondeu apenas parcialmente a 14 questionamentos.

Perguntada por que não devolveu a criança à aldeia, Damares disse: "Lulu Kamayurá já retornou à aldeia. Ela deixou o local com a família e jamais perdeu contato com seus parentes biológicos." A questão sobre não ter adotado formalmente Lulu foi ignorada.

Os índios, por sua vez, dizem que a primeira visita de Lulu só aconteceu há cerca de dois anos.

A adoção de uma criança indígena, ou mesmo a guarda ou tutela, precisa passar pelo crivo da Justiça Federal e da Justiça comum, e ainda pelo aval da Funai.

O processo inclui também estudos psicossociais, que devem analisar os vínculos entre a criança e o adotante e a anuência da família mais extensa da criança, que no caso dos indígenas é a aldeia.

Metalúrgicos e diversas categorias que fazem parte da cadeia produtiva do setor automotivo estão se organizando para o ato unitário no próximo dia 20, em São Paulo

Os sindicalistas do Movimento Brasil Metalúrgico (MBM) reuniram-se na manhã de sexta-feira (1) para definir ações conjuntas para defender os trabalhadores das fábricas da General Motors (GM), que estão sob ameaça de fechamento, corte nos salários e perda de direitos.

As lideranças sindicais aprovaram a convocação de mobilizações dos trabalhadores das diferentes fábricas da GM e a convocação de ato unitário em defesa dos direitos dos Trabalhadores e da previdência social, no próximo dia 20.

Participaram da reunião ampliada do movimento, sindicatos de metalúrgicos de diversas regiões, das centrais sindicais, federações e sindicatos de diversas categorias da cadeia produtiva automotora de todo o país, como químicos, vidreiros, borracheiros, comerciários e trabalhadores das indústrias de material plástico.

Os trabalhadores destas categorias também serão afetados caso a GM consiga colocar em prática seu plano de reduzir salários, direitos e precarizar ainda mais as condições de trabalho.

"Essa grave ameaça da GM afeta toda a cadeia produtiva de automóveis. Por isso, o Brasil Metalúrgico organiza hoje essa reunião ampliada", afirmou Miguel Torres, vice-presidente da Força Sindical, durante a abertura da reunião.

O encontro teve também a participação de representantes de sindicatos internacionais que sofrem igualmente com as chantagens da GM em seus países de origem, como o sindicato Canadense Unifor, a UAW, dos EUA e o IndustriALL Global Union, que participaram por videoconferência.

Para os sindicalistas, o que a GM está tentando fazer é "colocar em prática tudo que foi aprovado pela reforma trabalhista. Depois da eleição de Bolsonaro, sabíamos que poderiam acontecer chantagens como essa", disse Sérgio Luiz Leite (Serginho), presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

Segundo o Mancha, presidente da CSP-Conlutas, "o que interessa a GM é aumentar seus lucros, sendo assim, fechou suas fábricas na Rússia e na África para explorar mercados com mão de obra mais barata. Vão fechar fábricas que acharem que são menos lucrativas, em detrimento dos trabalhadores".

"Precisamos demonstrar resistência nas ruas, nas fábricas e construir uma paralisação nacional para defender os direitos do povo", disse Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

"A lógica da GM é a lógica da ganância do imperialismo. Querem a produção de seus superlucros em detrimento dos trabalhadores e dos interesses nacionais. São esses interesses que

nortearam a reforma trabalhista, que acabaram com o Ministério do Trabalho e agora querem acabar com a Justiça do Trabalho. A GM, não contente com isso, ainda quer esfolar ainda mais seus trabalhadores reduzindo seus salários e se possível, de quebra, aumentar a jornada de trabalho e exigir mais isenções de impostos aos governos", completou Bira.

Os sindicalistas afirmam que a montadora faz chantagem ao ameaçar deixar a América Latina, caso não volte a ter lucros. Segundo eles, além disso, ao pressionar pela retirada de direitos, a multinacional atua como ponta de lança da implementação da reforma trabalhista no Brasil.

"A GM faz chantagem e também cria factoides com o objetivo de atuar já nas negociações coletivas. Estão se aproveitando de um momento de fragilidade da categoria para desmontar as conquistas trabalhistas", disse Márcio Ferreira, presidente do Sindicato dos Borracheiros de São Paulo.

Kristyne Peter, da UAW, disse que "a General Motors está tentando fazer terrorismo psicológico contra os trabalhadores. Tudo isso para aumentar seus lucros que já são milionários. Porém, quando a empresa estava falindo, em 2008, recebeu do governo dos EUA mais de US\$ 51 bilhões, dinheiro que pertencia ao contribuinte, pertencia ao trabalhador. Agora estão nos abandonando após usar nosso dinheiro para se salvar. Eles ficam se pautando pelos interesses da bolsa de valores, mas deveriam se preocupar mesmo com aqueles que os salvaram 10 anos atrás, os trabalhadores".

"Segundo pesquisa da UAW, 30% da produção da GM é feita no exterior. Maior parte disso é produzido no México, onde os trabalhadores recebem de 1 a 3 dólares por hora. Fica difícil para o Brasil e para os EUA igualarem o valor da mão de obra com o México", completou Kristyne.

Em São Paulo, a GM negocia com o governo João Dória com o objetivo de conseguir isenções fiscais a curto prazo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que significariam um montante de aproximadamente R\$ 400 milhões. O responsável pela articulação é Henrique Meirelles, Secretário Estadual da Fazenda e do Planejamento do governo de São Paulo, ex-ministro de Temer, que no ano passado aprovou uma Medida Provisória que concedia isenções fiscais ao setor automotivo (MP: 843 - Programa Rota 2030).

Segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o estado de São Paulo recolhe, anualmente, cerca de R\$7 bilhões do setor automotivo. O que tudo indica, caso as negociações sejam efetivadas, é que as demais empresas do setor chamarão o Meirelles em busca de isenções.

RODRIGO LUCAS



## Bombeiros de MG realizam sua missão heroica sem 13º e com salários parcelados

Desde o dia do rompimento da barragem da Vale, na sexta-feira (25), provocada pela sanha do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais vem realizando um trabalho árduo e heroico na busca de minimizar a tragédia que se abateu sobre a região, salvando vidas e buscando corpos. Contudo, esses mesmos trabalhadores estão há quase três anos com seus salários parcelados, sendo que ainda não receberam o décimo terceiro salário de 2018, nem ao menos têm perspectiva de quando o receberão.

O parcelamento dos salários dos servidores mineiros começou em 2016, desde então, os pagamentos são feitos em até três vezes. No mês de janeiro, o parcelamento foi feito nos dias 14, 21 e 28. Mas o governo atual ainda não deu prazo para o pagamento do 13º salário.

Diante da catástro-

fe do rompimento da barragem da Vale, na sexta-feira (25), provocada pela sanha do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais vem realizando um trabalho árduo e heroico na busca de minimizar a tragédia que se abateu sobre a região, salvando vidas e buscando corpos. Contudo, esses mesmos trabalhadores estão há quase três anos com seus salários parcelados, sendo que ainda não receberam o décimo terceiro salário de 2018, nem ao menos têm perspectiva de quando o receberão.

O governador do Estado, Romeu Zema (Novo), prometeu anunciar uma forma de pagamento para o décimo terceiro de 2018. Porém, não disse quando fará. A Secretaria Estadual da Fazenda confirmou o depósito da última parcela dos salários de janeiro no dia 28.

Nesse esforço, eles realizam a sua missão sem a contrapartida mínima do Estado, que é o pagamento de seus salários.

## Servidores de SP entram em greve contra reforma da previdência municipal

Os servidores municipais de São Paulo entram em greve nesta segunda-feira contra a reforma da previdência municipal.

A paralisação começou com os professores, na manhã de segunda-feira. A tarde os servidores realizaram uma assembleia em frente à prefeitura de São Paulo, no Viaduto do Chá, com a participação de diversas categorias do funcionalismo que decidiram aderir à greve iniciada pelos professores.

O Projeto de Lei 17.020/2018, aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito no final do ano passado, sob protestos dos servidores, fixa o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos funcionários públicos de 11% para 14% e a criação de um sistema de previdência complementar para novos trabalhadores com remuneração superior ao teto de R\$ 5,6 mil.

Através de uma carta aberta, assinada por diversos sindicatos

que representam as categorias do funcionalismo da capital paulista, as entidades afirmam que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos vêm sendo duramente atacadas ao longo dos anos por "governos, bancos, financeiras e fundos privados de previdência", que sempre utilizam o argumento da existência do déficit financeiro para promover novas retiradas de direitos da categoria.

"Enquanto apertam os servidores e demais trabalhadores, arrojando salários e tirando seus poucos direitos, o dinheiro público é usado para financiar projetos e programas de bilionários e aumentar a fortuna de banqueiros e grandes empresários, sonhadores de impostos que ainda se beneficiam de programas de anistia e incentivos fiscais" diz a nota.

Os servidores preparam uma nova assembleia para quinta-feira (7), às 14 horas, em frente à prefeitura.

## El Salvador: com campanha contra violência e corrupção, Bukele é eleito presidente

O ex-prefeito da capital San Salvador, Nayib Bukele, será o novo presidente de El Salvador tendo obtido 53,7% dos votos. Sua vitória deixou para trás o candidato do direito partido Arena, Carlos Calleja, que obteve 31,6% dos votos, e o do partido no governo, a Frente Farabundo Martí (FMLN), cujo candidato, Hugo Martínez, conseguiu apenas 13,7% dos votos.

A FMLN teve lideranças denunciadas por receptação de suborno e não conseguiu vencer o desemprego nem deter as gangues do tráfico que fazem de El Salvador um dos países mais atingidos do mundo em termos de mortes violentas.

Nascido em uma família de origem palestina, Bukele, que declarou ter no líder mexicano Andrés López Obrador uma de suas referências, lastreou sua propaganda de campanha nas promessas de acabar com a corrupção e a violência.

O desastre da FMLN - que chegou ao poder em meio a uma luta de guerrilhas contra uma ditadura sanguinária apoiada em setores da oligarquia local, com uma plataforma de medidas populares, mas não realizou as transformações prometidas - foi o estopim para a vitória esmagadora do presidente eleito.

### FMLN, PT E PROPINA DA ODEBRECHT

Em dez anos de governo, a corrupção tornou-se a questão central para o desgaste da Frente, assim como a falta de resultados diante da violência das gangues e a falta de perspectiva para a juventude, principal esteio de Bukele e setor mais atingido pelo desemprego crônico.

Mauricio Funes assumiu a Presidência em 2009, candidatando-se pelo partido formado a partir do movimento Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FMLN, declarando-se admirador do PT brasileiro. A campanha foi dirigida pelo marqueteiro João Santana. Na época, o então presidente Lula, participou da posse.

Santana afirmou, em delação premiada, que participou da campanha a pedido de Lula e que ela foi bancada com dinheiro da Odebrecht. Funes, acusado de usar, para fins pessoais, fundos secretos do Estado e agora exilado na Nicarágua, foi sucedido, em 2014, pelo atual presidente, Salvador Sánchez Cerén. As acusações de corrupção continuaram presentes e fazendo declinar o apoio popular à FMLN que seguiu apresentando-se como sendo a “esquerda” no poder.

A formação de direitaista, Arena, não saiu incólume dos processos contra os desvios de dinheiro público. Antonio Sacas, último presidente eleito pela Arena, que governou por quatro mandatos, de 1989 a 2009, foi condenado a 10 anos de prisão por corrupção.

### TRAJETÓRIA DE BUKELE

Com sua consigna “O dinheiro é suficiente quando ninguém rouba”, Bukele defendeu acabar com a impunidade e promover projetos de infraestrutura que possam gerar empregos, na esperança de conter o êxodo de milhares de salvadorenhos que não conseguem trabalho e já integraram as caravanas que saem de Honduras para tentar sorte melhor nos EUA.

Bukele entrou na política na FMLN, mas foi expulso em outubro de 2017 acusado de rachar o movimento, violar os estatutos do partido e agredir uma correligionária atirando-lhe uma maçã durante uma sessão da direção partidária.

Ele nega as acusações e não compareceu a reunião da Comissão de Ética de seu partido alegando que não teria julgamento interno justo.

Suas propostas de campanha destacam um plano de infraestrutura que inclui um porto, uma linha de trem e um aeroporto, mas não divulgou ainda nem as formas de financiamento, nem as prioridades. No aspecto político, o novo presidente não terá vida fácil. Bukele deverá governar com uma Assembleia Legislativa dominada pela Arena e a FMLN e na qual seu novo partido, GANA, quase não tem peso.

Depois de ser expulso da Frente, Bukele fundou seu próprio movimento, Nuevas Ideas. Conseguiu mais de 200.000 assinaturas em um fim de semana, mas acabou não sendo aceito pelo Tribunal Supremo Eleitoral. Sem partido, Bukele buscou siglas que lhe permitissem concorrer nas eleições. Tentou-o com Cambio Democrático, um pequeno partido que havia eleito um único deputado nas eleições parlamentares de 2018, mas a sigla foi cancelada. Poucas horas antes de vencer o prazo de registro, anunciou um acordo com GANA, um partido fundado em 2010 que surgiu como dissidência da Arena. Ao que tudo indica foi um jeito de driblar os entraves eleitorais. “Observando os resultados históricos, pode-se ver que GANA jamais esteve nem perto de um triunfo em eleições presidenciais”, assinalou o jornal espanhol Público.es, apontando que o resultado na eleição de domingo não é coisa de siglas, mas do candidato Bukele.

### DESAFIOS

O novo presidente precisará enfrentar o problema das gangues violentas, responsáveis pela maioria dos 3.400 homicídios cometidos em 2018 em El Salvador (51 para cada 100.000 habitantes).

Atualmente, El Salvador tem 30,3% de seus 6,6 milhões de habitantes vivendo na pobreza.

Estes fatores fazem com que a cada ano, milhares de salvadorenhos deixem o país, sobretudo em direção aos Estados Unidos, onde, em condições quase sempre ilegais e perigosas, vive hoje um a cada quatro salvadorenhos, segundo o site nicaraguense Artículo 66.

Bukele também terá que enfrentar o desafio do crescimento de uma economia dolarizada, sem moeda nacional, que se alimenta em boa parte das remessas enviadas pelo pessoal que mora nos EUA.

A participação nas eleições foi de 41%, a menor nos últimos 25 anos.

# Líderes venezuelanos lançam manifesto por eleições gerais



Organizações e lideranças lançam “Plataforma” para evitar a guerra



Cartaz erguido por Medea Benjamin (org. Codepink) durante fala de Mike Pompeo, em reunião da OEA e observadores, alerta contra intervenção dos EUA na Venezuela

## Chomsky, Pilger e Medea repelem a ingerência dos EUA na Venezuela

Noam Chomsky (linguista), John Pilger (cinasta) e Medea Benjamin (liderança feminista) estão entre os mais de 70 acadêmicos norte-americanos que firmaram, no dia 3, declaração através da qual rechaçam a intervenção da Casa Branca na Venezuela e alertam para suas graves consequências.

“A realidade”, afirma a declaração, “é que, apesar da hiperinflação, escassez de produtos e uma profunda depressão, a Venezuela segue sendo um país politicamente polarizado. Os Estados Unidos e aliados devem parar de encorajar a violência de empurrar na direção de uma mudança regime violenta e fora da legalidade. Se o governo Trump continuar a enveredar por este curso desenfreado na Venezuela, o mais provável é que se instale um deramamento de sangue, o caos e instabilidade. Os EUA já deveriam ter aprendido de suas aventuras de mudança de regime no Iraque, Síria, Líbia, além dos nefastos exemplos de seu patrocinio de mudanças de governo na América Latina”.

Seguem principais trechos do documento dos acadêmicos: “O governo dos Estados Unidos deve cessar sua intervenção na política interna da Venezuela, especialmente no que se refere ao propósito de derrubar o governo do país. Ações do governo Trump e aliados no hemisfério vão com certeza tornar pior a situação na Venezuela, levando a sofrimento humano desnecessário, violência e instabilidade. A polarização política na Venezuela não é nova; o país tem uma longa história de divisões em termos socioeconômicos e raciais. Mas, a polarização se aprofundou nos anos recentes. Isto é, em parte, devido ao apoio dos EUA, dentro de uma estratégia de remover o governo de Nicolás Maduro através de meios extra-eleitorais.

Enquanto a oposição se dividiu acerca destes assuntos, o apoio dos EUA foi direcionado aos opoisionistas de linha-dura em seu desiderato de tirar Maduro através de protestos violentos, golpe de Estado militar, ou outras sendas à parte das urnas.

Sob o governo de Trump, a retórica agressiva contra o governo da Venezuela alcançou um nível mais extremo e ameaçador, com membros do governo falando em ‘ação militar’.

Problemas resultantes das próprias políticas do governo venezuelano, se agravaram com sanções econômicas norte-americanas; sanções que são ilegais tanto pelas normas da OEA como da ONU, assim como das leis dos EUA e de outras convenções e tratados que firmou.

Passando por cima do efeito destas sanções, o governo dos Estados Unidos condena exclusivamente o governo venezuelano pelas dificuldades econômicas que afligem o povo venezuelano.

## Prefeitos argentinos acionam a Justiça contra aumentos abusivos da eletricidade

O aumento abusivo das tarifas de energia elétrica na Argentina provocou uma reação de peso: 30 prefeitos da Grande Buenos Aires apresentaram nesta semana uma ação de amparo coletivo em defesa dos consumidores. Na avaliação dos prefeitos da área metropolitana da capital, a ação “terá alcance nacional se conquistarmos uma resposta favorável”.

Conforme as associações de consumidores e pequenos e médios empresários que respaldam a iniciativa, é extremamente excludente a política energética implementada pelo governo Macri desde dezembro de 2015. “Os aumentos de tarifas de até 5.960% em três anos não foram para investimentos, nem para melhorar o serviço, mas para ampliar o lucro das empresas, enquanto o preço da eletricidade impossibilita a que várias empresas con-

tinuem suas atividades, decaindo a qualidade de vida de muitas pessoas que não podem pagá-la. E isso o que vamos demonstrar com o pedido de proteção: a irracionalidade do aumento, pela colisão com direitos da população. Além disso não foi cumprida nenhuma das previsões com as quais se justificou a declaração de Emergência Energética em fevereiro de 2016”, declarou Mariano Lovelli, do Cepis (Centro de Estudos para a promoção da Igualdade e a Solidariedade).

O aumento tarifário médio das empresas distribuidoras privatizadas Edenor e Edesur, entre dezembro de 2015 e o mês de fevereiro (com o aumento vigente desde o dia 1º), alcança 5.864% para a tarifa residencial de uma família que consome cerca de 350 kwh mensais. Já o reajuste do salário mínimo até dezembro foi de mise-

ros 102%.

Durante este período a média de cortes diários cresceu, chegando a 132.254 usuários em dezembro de 2018, uma expressiva variação de 59%. Também não se poderá atribuir a quantidade de cortes ao crescente aumento do consumo, já que de acordo com o levantamento do Cepis, “a queda da oferta de energia da distribuidora Edenor foi de 18% e a da Edesur foi de 19%”.

Comparando os resultados informados pelas próprias empresas, foi verificado que entre 2015 e 2018 a Edenor aumentou sua renda por serviços (vendas) em 1.118%, frente a 821% da Edesur nos mesmos três anos. Ao mesmo tempo, o aumento dos resultados operacionais (lucro das vendas menos os custos de produção) da Edenor foi de 223% enquanto o da Edesur foi de 215%.

“Evitar as consequências tremendas de uma intervenção e que a rota para uma solução pacífica e democrática passe por consultar o povo”, afirma a ‘Plataforma pelo Referendo Consultivo’

Ministros do presidente Hugo Chávez, acadêmicos, organizações políticas, dirigentes sindicais e sociais e lideranças estudantis, constituíram, em Caracas, a “Plataforma pelo Referendo Consultivo” fazendo um chamado à nação e alertando o governo, assim como setores extremistas da oposição, sobre as trágicas consequências da rota de colisão em curso: “mais violência, guerra civil, a dissolução do Estado – Nação como comunidade política ou a eventualidade de uma intervenção militar estrangeira que rechaçamos energicamente desde nossa postura patriótica”.

O documento foi lançado horas antes das duas grandes manifestações contrapostas, realizadas no sábado, dia 2; uma de apoio ao governo de Nicolás Maduro, e outra ao auto-proclamado presidente interino, Juan Guaidó – realizadas no momento em que a Venezuela padece uma profunda crise política, econômica e social que a coloca à beira da fratura, como ficou claro pelo tom empregado nos dois atos.

Edgardo Lander, sociólogo e pesquisador renomado, foi o convidado a expor a Plataforma, lendo-a em vídeo ao lado de demais assinantes, e com o texto publicada pelo site Aporrea.org. No documento expressam sua aposta na “unidade da nação, integridade territorial e reconhecimento do pluralismo político em sua diversidade e convivência democrática, tal como está claramente estabelecido no Título I sobre Princípios fundamentais de nossa Constituição”. (Ver vídeo no link <https://www.aporrea.org/actualidad/n337907.html>).

Consideram que “nesta situação tem pertinência a prática do encontro, do diálogo, a negociação e o acordo; o contrário seria uma irresponsabilidade, tanto do governo, como da maioria daqueles que integram a Assembleia Nacional”.

O propósito fundamental dessa iniciativa é “evitar a guerra e as consequências tremendas de uma intervenção ou confrontação militar para o povo venezuelano, e que a rota para uma solução pacífica e democrática, passe por consultar o povo, no qual reside intransferivelmente a soberania”, afirmam.

Também exigiram “que se produza a imediata restituição do regime de liberdades e garantias estabelecidas na Constituição, a liberdade de todos os presos políticos não implicados em delitos de lesa-humanidade e graves violações aos direitos humanos, a reabilitação de organizações políticas e de seus porta-vozes, o fim da intimidação e da repressão massiva e seletiva aos

dirigentes dos trabalhadores e das comunidades que protestam, além do respeito ao exercício pleno de seus direitos constitucionais”.

Para convocar o referendo consultivo (de caráter vinculante, garantido pelo Art. 71 CRBV), para que os venezuelanos decidam se devem ser convocadas eleições gerais para re-legitimar os Poderes do Estado, a Plataforma explica que primeiro deve gerar-se um acordo para renovar o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e contar com mediação internacional: Papa Francisco, governos do Uruguai e do México, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Parlamento Latino-Americano, entre outros, para que atuem no sentido de garantir a transparência eleitoral, tudo nos termos da Constituição venezuelana e do respeito pela soberania popular.

Os assinantes da Plataforma informam que, caso o governo se negue a tomar as medias rumo ao diálogo e ao Referendo, em acordo com a direção da Assembleia Nacional, se propõem a lançar uma campanha para a coleta de 10% de assinaturas de eleitores, exigida pelo artigo 71 da Constituição – que trata das disposições sobre o Referendo Consultivo.

Íntegra do documento em espanhol no link: <http://www.aporrea.org/actualidad/a275273.html>

Entre outros, subscrevem o documento:

- Gustavo Márquez – Ex-ministro de Comércio – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Gonzalo Gómez – Marea Socialista – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Héctor Navarro – Ex-ministro de Educação – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Manuel Isidro Molina – Coordenador do Movimento Popular Alternativo
- Juan Barreto Redes- Plataforma Alternativa Bolivariana
- Edgardo Lander – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Javier Biardeau – Professor – Universidade Central Venezuela
- Oly Millán Campos – Ex-ministra de Economia – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Ana Elisa Osorio – Ex-ministra de Meio Ambiente e Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Rodrigo Cabezas – Ex-ministro de Finanças – Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição
- Manuel Sutherland – Centro de Investigación e Formación Operativa – CIFO
- Jairo Colmenares – Sindicato do Metrô de Caracas

## EUA bombardeia artilharia síria para dar cobertura a ataque de terroristas

Caças norte-americanos bombardearam posições da artilharia síria na aldeia de Sokarieh, a oeste da cidade de Bukamal, interior da província de Deir Ezzor.

O bombardeio, na madrugada do dia 2, foi simultâneo a um outro ataque, na mesma região, por parte de terroristas do Daesh (denominação árabe do famigerado Estado Islâmico, que divulgava vídeos onde seus integrantes cortavam cabeças de prisioneiros sírios).

O Alto Comando do Exército Sírio declarou que os atacantes do Daesh foram repelidos com baixas entre eles.

O ataque norte-americano destruiu parte da artilharia síria na região de Bukamal e dois dos soldados sírios ficaram feridos.

A cidade de Deir Ezzor, que fica às margens do rio Eufrates, na província de mesmo nome, resistiu a dois anos e

meio de cerco pelos terroristas do Daesh. O cerco foi levantado pelo exército sírio ao final de 2017, à operação seguiu-se a liberação da cidade das mãos dos agressores. No entanto, ainda há aldeias na margem leste do Eufrates sob domínio do Daesh, que vai sendo aplastado com o avanço constante das forças legais sírias.

Apesar do anúncio, por parte de Trump de que as tropas norte-americanas vão se retirar do solo sírio – onde entraram ferindo a soberania síria – ainda são registrados ataques como o da madrugada de sábado para domingo, para dar cobertura aos terroristas que dizem combater, mas com os quais – de fato, como acaba de acontecer – se aliam no intuito de agredir o governo independente da Síria.

## ‘Clube Nuclear’ se reúne em Pequim mas divergências impedem comunicado final

Uma semana após o Boletim dos Cientistas Atômicos ter adiantado para dois minutos para a meia-noite o “Relógio do Juízo Final”, advertindo sobre o agravamento do risco de guerra nuclear e da piora da ameaça climática, conferência em Pequim das cinco potências nucleares – EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França – terminou sem declaração final conjunta nesta quarta-feira (30). Dois minutos para a meia-noite é o mesmo “horário” de 1953, no auge da Guerra Fria, quando norte-americanos e soviéticos testavam bombas de Hidrogênio.

Como advertiu o vice-chanceler russo, Sergei Rabyakov, as relações entre os membros do ‘clube nuclear’ se deterioraram, o que chamou de “desafio sem precedentes”. As divergências, salientou, são “profundas” e “complexas”. Um dos objetivos da reunião era chamar a atenção de que, a menos que sejam tomadas medidas urgentes para sua extensão, o tratado New Start de 2010, que limita as ogivas estratégicas e os sistemas lançadores dos EUA e da Rússia, irá terminar em fevereiro de 2021. Também há premência em salvar o Tratado INF, que proíbe desde 1987 mísseis terrestres nucleares de alcance intermediário, e do qual Trump anunciou a saída no próximo sábado (2).

“Não podemos deixar de nos preocupar que todos estes eventos estejam acontecendo no contexto de um profundo déficit de confiança mútua entre os membros dos ‘cinco nucleares’, o que constitui um desafio sem precedentes. A situação é tão séria que desta vez tivemos que recusar concordar com a declaração final”, assinalou Rybakov.

O “Relógio” foi criado em 1947, por cientistas que ajudaram os EUA a criar suas primeiras armas atômicas, em face da devastação causada em Hiroxima e Nagasaki e da ameaça que passava a pairar sobre a Humanidade com o advento das bombas nucleares, e se tornou um poderoso símbolo do risco de a Humanidade chegar à sua destruição total.

Hoje, o comitê do Boletim dos Cientistas Atômicos inclui 15 laureados com o Prêmio Nobel. A partir de 2007, incorporou novos riscos percebidos para a Humanidade, como a questão ambiental e o advento de outras tecnologias de difícil controle. É a segunda vez que o relógio é adiantado desde a posse de Trump.

Como vem denunciando o presidente Vladimir Putin, ações unilaterais de Washington têm desmantelado a arquitetura de segurança internacional. Os EUA abandonaram unilateralmente em 2001 o tratado antimísil ABM, de 1972, pedra angular da détente, e o que repete agora com o INF. O governo Obama iniciou programa de intensificação do arsenal nuclear dos EUA de US\$ 1 trilhão, que Trump herdou e está vitaminando.

A ameaça nuclear assume novos contornos, desde que círculos nos EUA abraçaram a insana proposição da ‘vitória na guerra nuclear com primeiro ataque’, desde que haja antimísseis a postos para destruir o que restar de resposta, em substituição à destruição mútua assegurada que, no limite do terror, manteve o mundo livre dos Dr. Strangeloves por décadas.

Na sua “Revisão da Postura Nuclear” o governo Trump borrou a fronteira entre o uso de armas convencionais e o de armas nucleares, ao autorizar a utilização de bombas nucleares de “potência menor”. As primeiras ogivas já estão saindo da linha de produção no Texas, conforme a Administração Nacional de Segurança Nuclear dos EUA.

A nova arma, o W76-2, é uma modificação da ogiva Trident existente. Segundo Stephen Young, da União de Cientistas Engajados, sua potência provavelmente foi reduzida tirando um estágio do dispositivo termonuclear W76 original de dois estágios. Sua potência explosiva de 100 quilotons de TNT cai para cerca de cinco – o que é aproximadamente um terço da força da bomba lançada sobre Hiroshima. Os EUA também estão introduzindo na Europa uma versão atualizada de suas bombas atômicas, a B61-12.

Quando ao tratado INF, o governo Trump tenta jogar a culpa sobre a Rússia e chantageia os países europeus para que se atrelem à provocação, quando é do interesse deles evitar o retorno ao quadro de quase guerra nuclear que existiu no teatro europeu. Ao proibir mísseis nucleares de 500 km de alcance até 5.000 Km, o acordo possibilitou a destruição de mais de dois mil mísseis no total, dos dois lados.

A Rússia realizou no dia 23 uma apresentação a adidos militares estrangeiros do míssil que vem sendo usado de pretexto por Washington para deixar o INF, o sistema 9M729, e revelou seus principais parâmetros – o alcance, de 480 km, está dentro do que o acordo permite. Os países da Otan não compareceram. “Nosso sistema 9M729 nunca foi testado para uma faixa proibida pelo tratado. Não vemos outras razões pelas quais os EUA possam reclamar de nós”, afirmou Rybakov. Até agora Washington “não forneceu qualquer informação específica” sobre o motivo pelo qual concluíram que o míssil “não atende” ao tratado.

A entrada em operação das novas bombas nucleares de “baixa potência” [supostamente um terço da que destruiu Hiroxima e matou 140 mil pessoas] está sendo questionada. “Até que ponto isso sinaliza uma nova disposição por parte dos EUA de começar a usar armas nucleares estratégicas de maneira tática e muito limitada no início de um conflito em potencial?”, destacou Hans Kristensen, da Federação de Cientistas Americanos.

Ou, pior ainda. “Há muitos outros cenários, especialmente com um presidente que se orgulha de sua imprevisibilidade e que perguntou literalmente: ‘Por que não podemos usar nossas armas nucleares?’”, alertou Young.

O recentemente nomeado vice-conselheiro de Segurança Nacional de Trump, Charles Kupferman, um ex-Lockheed-boy, já chegou a asseverar que uma guerra nuclear poderia ser vencida “no sentido clássico” se um dos lados emergisse mais forte, mesmo com dezenas de milhões de baixas. Esses fanáticos falam abertamente em tornar as bombas atômicas “mais usáveis”.

“A crença de que pode haver vantagem tática usando armas nucleares – que eu não ouvi ser abertamente discutida nos Estados Unidos ou na Rússia por muitos anos – está acontecendo agora”, afirmou o ex-secretário de defesa dos EUA do governo Clinton, William Perry, que tem propugnado pelo controle de armas. Ele se disse menos preocupado com o número de ogivas nucleares no mundo do que com o retorno da guerra fria sobre o uso dessas armas. “Essa é uma crença muito perigosa”, acrescentou, considerando tal situação “extremamente angustiante”. A.P.

# Trump rompe com Tratado de Mísseis INF e leva Rússia a sair



Federica Mogherini, chefe da diplomacia da União Europeia: “Valorizamos muito o Tratado INF e insistimos que seja mantido por ambas as partes”

## Aposentados franceses vão às ruas exigir o fim do arrocho das pensões

“Macron, você está ferrado, os velhos estão na rua!”, apesar do frio do inverno, os aposentados voltaram a se manifestar por toda a França nesta quinta-feira (31) para exigir o cancelamento do aumento do desconto sobre as pensões (CSG) e o reajuste das aposentadorias pela inflação, de 1,7%. Os atos foram encabeçados pela CGT e mais oito federações e centrais. Em Paris, os idosos marcharam desde a Praça Itália até o Ministério das Finanças em Bercy.

Com brados como “devolva nosso poder de compra” e “aposentados maltratados, aposentados revoltados”, ocorreram protestos também em Marselha, Rennes, Saint-Etienne, Montpellier, Dijon, Rouanne e outras cidades. Manifestantes – como têm ocorrido nas mobilizações dos Coletes Amarelos – também pediram o “renúncia Macron!”, conforme o jornal Le Figaro.

É a sexta manifestação dos aposentados franceses desde setembro de 2017, e a intenção de Macron, de piorar a horrenda reforma da previdência de Sarkozy (de 2012), só não avançou porque a revolta dos Coletes Amarelos deixou em frangalhos a arrogância do “presidente dos ricos”. Os manifestantes também repu-

diaram as ameaças de privatização da previdência, via o famigerado sistema de ‘capitalização’, em favor dos bancos. Tentando deter os protestos contra a alta do preço do diesel e o corte de impostos de ricações e corporações, Macron havia anunciado em dezembro que estava recuando do aumento do desconto para os aposentados que ganhassem até 2.000 euros.

Conforme o jornal francês, apesar de ser pequena a participação de aposentados com colete amarelo, muitos dos aposentados presentes no ato concordam que “o movimento dos coletes amarelos jogou a favor da mobilização e da necessidade de agir” contra as injustiças do governo”. Ouvida pela RT France, uma senhora, que disse ser a primeira vez que participava, denunciou que Macron “obrigou todos os franceses de baixo a trabalharem pela vida toda”.

Outra aposentada – identificada apenas como Marie, ex-educadora esportiva ouvida pelo Figaro – denunciou que nos últimos dez anos, o custo de vida “tem aumentado constantemente, enquanto nossas aposentadorias estão diminuindo”. Um ex-funcionário do setor de alimentação, Jacques,

relatou que tem passado por “restrições sobre minhas despesas com alimentos”.

Yves, que deixou de lecionar há quase cinco anos, advertiu que o “direito à aposentadoria está sendo desafiado lenta mas inexoravelmente”. Ele também denunciou que os aposentados vivem ‘uma precariedade preocupante’, com seu poder aquisitivo se deteriorando ao longo dos últimos três governos.

Nos discursos, oradores se referiram aos jovens em casa – sem emprego – e idosos na miséria: “essa não é a sociedade que queremos”. Na mesma linha, muitos manifestantes querem enviar uma mensagem para a nova geração: “Nós também queremos mostrar aos jovens que devemos lutar por nossos direitos sociais”. No meio da multidão, jovens se disseram “solidários com os mais velhos”. Os aposentados entrevistados, também mencionaram, segundo o jornal, seu apoio à restauração do ISF (o imposto sobre fortunas, abolido por Macron) e a introdução de um imposto sobre grandes empresas, que não pagam todos os seus impostos na França “como soluções para encher os cofres públicos”.

## Truculência policial é repudiada pelos Coletes Amarelos em toda a França

A pantomima de Macron do “grande debate nacional”, enquanto sua tropa de choque baixa o porrete nos coletes amarelos, foi desmascarada no 12º sábado de protestos contra o “presidente dos ricos”, com manifestantes exibindo em Paris e outras cidades curativos nos olhos e roupas manchadas de tinta vermelha, representando as vítimas.

Os coletes amarelos também portavam fotos de manifestantes feridos pelas balas de borracha e granadas stingball nos últimos atos. Eles também foram às ruas de Bordeaux, Lyon, Toulouse, Marselha, Estrasburgo, Lille e Montpellier.

Desde o início dos protestos, o lançador de balas de borracha foi usado 9.228 vezes contra os manifestantes, havendo 1700 feridos registrados. Segundo a mídia francesa, das 20 pessoas atingidas nos olhos por balas de borracha, dez perderam a visão.

Os coletes amarelos, que já derrubaram o aumento do preço do diesel e forçaram Macron a vários recuos a contragosto, seguem exigindo sua renúncia, a res-

taurização do imposto sobre fortunas, que ele aboliu, e a instauração de um mecanismo de consulta popular. Os protestos também vêm inviabilizando a próxima fase de suas “reformas”, a da Previdência, destinada a piorar a anterior, cometida por Sarkozy em 2012.

Nas manifestações deste sábado (2), podiam ser vistos cartazes como “nós perdemos os olhos, mas o cego é você”, “não se atira no seu próprio povo”, “desafiamos as balas de borracha democráticas e as granadas mutilantes” e “unidos e orgulhosos contra a opressão”.

O ato é a resposta à decisão do Conselho de Estado francês, que rejeitou os pedidos de suspensão do uso das balas de borracha, e as declarou “absolutamente necessárias” ao trabalho das forças de repressão.

O franco-português Jérôme Rodrigues, que foi gravemente ferido no olho com uma bala de borracha no último fim de semana, afirmou à rádio France Info que “estou aqui porque

estou de pé, o que não nos mata nos torna mais fortes”.

Ele exigiu a imediata proibição das granadas stingball contra manifestantes. Dispositivo que “tem TNT dentro e é um perigo absoluto”, acrescentou. Macron lançou 80 mil policiais nas ruas da França no sábado e em Paris a marcha dos coletes amarelos foi “escortada” por 5 mil policiais e seis tanques blindados.

“Os direitos da defesa devem ser desrespeitados quando se veste um colete amarelo?”, questionaram 59 advogados franceses à Rádio France Info (RFI). Eles denunciaram penas excessivas aos condenados e audiências sem sequer a presença de advogado.

Pesquisa publicada no dia 31, do Instituto Sofres-OpinionPoint assinalou que 73% não confiam em Macron e tão somente 24% ainda têm uma opinião favorável. O que poderia ser explicado por um cartaz do protesto de sábado: “eles impõem um grande debate nacional durante a semana e atiram em nós no sábado”.

## 28 imigrantes haitianos morrem em naufrágio perto das Bahamas

28 haitianos que tentavam chegar aos EUA, fugindo da miséria extrema no Haiti, morreram em naufrágio perto das Bahamas, e outros 17 foram resgatados. Desde o início do ano, já foram detidos na região pelo menos 300 haitianos em quatro incidentes, de acordo com as

autoridades das ilhas.

“Quinze corpos foram encontrados no domingo na embarcação afundada”, que se somam aos “13 corpos sem vida” encontrados no sábado, informou a Marinha das Bahamas à AFP. O naufrágio ocorreu a uma dezena de quilômetros de Marsh Harbour,

ao norte do arquipélago.

Os 17 sobreviventes foram encontrados na costa das ilhas Abaco, um dos maiores territórios das Bahamas. Os trabalhos de buscas, conduzidas pelas autoridades locais, começaram no sábado. A embarcação foi localizada por um avião da guarda costeira dos EUA.

O Tratado de Proibição de Mísseis Intermediários (INF) permitiu eliminar 2.600 mísseis com bombas nucleares com capacidade de destruir as principais capitais europeias durante a chamada Guerra Fria

Um dia após o governo Trump suspender o Tratado de Proibição de Mísseis Intermediários (INF) em vigor desde 1987, o presidente russo Vladimir Putin anunciou no sábado (2) que, simetricamente e em resposta, Moscou está suspendendo sua adesão ao acordo, que há três décadas tem sido o pilar da prevenção de guerra nuclear na Europa.

Na época, o INF permitiu a eliminação de 2.600 mísseis terrestres com bombas nucleares, dos dois lados, que poderiam em minutos vaporizar as principais capitais europeias, situação dramática que levou a gigantescas manifestações pela paz. O acordo foi assinado por Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev e proibiu mísseis terrestres, nucleares ou convencionais, de alcance entre 500 km e 5500 km.

“Nossa resposta será recíproca”, afirmou Putin. “Nossos parceiros dos EUA anunciaram que estavam suspendendo sua participação no Tratado [INF], e nós também estamos suspendendo. Eles anunciaram que estão envolvidos em pesquisa e desenvolvimento, e faremos a mesma coisa”, assinalou na reunião com o chanceler, Sergei Lavrov, e com o ministro da Defesa, Sergei Shoigu, que foi televisada para todo o país.

O presidente russo acrescentou que todas as iniciativas de Moscou para preservar o acordo não obtiveram resposta de Washington. “Temos repetida e constantemente por muitos anos levantado a questão de conduzir negociações significativas de desarmamento e em quase todos os seus aspectos. E nos últimos anos, vemos que nossas iniciativas não são apoiadas pelos parceiros”, disse Putin.

### SAÍDA ANUNCIADA

Desde outubro Trump vem trombetando sua decisão de se retirar do Tratado INF. A saída e consequente cancelamento do Tratado INF irá se completar, nos termos do acordo, em 180 dias após a declaração de Washington. Não é o primeiro tratado de grande alcance internacional do qual o governo Trump se retira, havendo ocorrido antes o abandono do Tratado do Clima de Paris e do Acordo Nuclear com o Irã.

Seu conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, é o mesmo que encabeçou o processo, no governo de W. Bush, de saída dos EUA do Tratado Antimísil de 1972, elemento-chave da arquitetura de prevenção da hecatombe nuclear e da chamada ‘Destruição Mutuamente Assegurada’, mecanismo que impedia a guerra nuclear, dada a certeza de que o próprio atacante seria também destruído na guerra nuclear que se seguisse.

Diante da indifereável disposição do regime Trump de rasgar o tratado INF e das tentativas de Washington de jogar o ônus de sua própria decisão sobre a Rússia, com falsas acusações de violações do tratado, Putin assinalou que a bola agora está com os norte-americanos, embora as propostas já feitas sigam sobre a mesa.

A Rússia irá esperar “até que nossos parceiros tenham amadurecido o suficiente para ter um diálogo de igual para igual e substancial sobre este assunto importantíssimo, tanto para nós, como para os nossos parceiros, como para o mundo inteiro”, acrescentou o presidente russo.

Os EUA jamais apresentaram qualquer prova de que um recente míssil russo violasse o tratado. Como revelado pela Rússia, que publicou os principais parâmetros, o alcance é de 480 km, e cumpre com o Tratado. Moscou teve ainda a iniciativa de chamar os adidos militares creditados

para uma apresentação do míssil, mas Washington e seus pares da Otan se recusaram a comparecer.

Putin ressaltou as violações do INF cometidas pelos EUA, especialmente os lançadores MK 41 implantados na Europa desde 2014, supostamente para antimísseis, mas que podem usar mísseis Tomahawk terrestres, proibidos pelo tratado. Lavrov assinalou que as violações norte-americanas vêm desde 1999, quando os EUA começaram a testar drones, que objetivamente se enquadram nas proibições.

No sábado, o Ministério da Defesa da Rússia disse que Washington iniciou os preparativos para a produção de mísseis de médio e curto alcance proibidos pelo Tratado INF dois anos antes de acusar Moscou de violar o acordo e mostrou fotos de satélite de uma fábrica da Raytheon em Tucson, no Arizona, que desde junho de 2017 está em ampliação para produzir os mísseis proibidos. Em novembro do mesmo ano, o Congresso alocou no orçamento do Pentágono US\$ 58 milhões explicitamente para “desenvolvimento de um míssil lançado no solo de médio alcance”. São “provas irrefutáveis” de que o governo dos EUA decidiu se retirar do Tratado INF “anos antes de tornar públicas acusações infundadas contra a Rússia”.

Como já assinalou a chefe da diplomacia da União Europeia, Federica Mogherini, a Europa foi a mais beneficiada pelo Tratado INF e, portanto, tem mais a perder. “Os tempos em que éramos considerados um campo de batalha, o terreno no qual as superpotências se enfrentavam, são história. Não queremos nem pensar que a coisa possa regredir”.

Na reunião no Kremlin, Putin afirmou que a Rússia não implantará mísseis terrestres de médio alcance “nem na Europa, nem em qualquer outra região do mundo, desde que uma arma similar feita pelos EUA não apareça lá”.

Também alvo das ameaças de Trump de outubro sobre o INF – do qual não é signatária – a China instou os EUA e a Rússia “a resolverem as diferenças adequadamente por meio de um diálogo construtivo”. O porta-voz da chancelaria chinesa, Geng Shuan, reiterou que o tratado “desempenha um papel significativo na facilitação das relações entre os países, promovendo a paz internacional e regional e salvaguardando o equilíbrio estratégico global e estabilidade”. Ele acrescentou que Pequim “se opõe à multilateralização” do INF e o que é imperativo no momento “é defender e implementar o tratado existente em vez de criar um novo”.

A morte do Tratado INF levanta questões sobre o futuro do New Start, o tratado que limita ogivas nucleares estratégicas implantadas por russos e americanos e que expira em dois anos. O vice-chanceler russo, Sergei Rybakov, disse temer que o New Start tenha “o mesmo destino que o Tratado INF”.

“Pode expirar em 5 de fevereiro de 2021 e não ser prolongado”, advertiu. Na reunião com Lavrov e Shoigu, Putin também pediu esforços para conter a loucura da guerra no espaço. “Estamos cientes dos planos de alguns países de implantar armas no espaço. Quero saber como essa possível ameaça será combatida”. Entre as proposições iniciais destinadas a conter o colapso do INF, Putin aceitou o desenvolvimento de um míssil hipersônico terrestre de médio alcance, apresentada por Shoigu.

# Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (5)

Continuação da edição anterior

Em 28 de julho trava-se grande batalha campal em torno do projeto – e aí Rui Barbosa, falando em nome do governo, investe a fundo contra o adversário (...)

ASTROJILDO PEREIRA

**D**evo por fim aduzir alguns esclarecimentos a respeito da preparação deste volume. De acordo com o plano preestabelecido para a edição das **Obras Completas de Rui**

**Barbosa**, reimprime-se o parecer juntamente com os discursos proferidos pelo deputado Rui Barbosa durante a sessão legislativa de 1884. Os três primeiros desses discursos, pronunciados ainda na vigência do ministério Lafayette, antes de 6 de junho, tratam de assuntos de menor importância, de incidentes comuns na rotina parlamentar; mas o seu timbre polêmico lhes confere uma feição muito sensível de escaramuças a prenunciarem próximas e violentas refregas. O de 23 de julho, quando o projeto sobre a emancipação dos escravos já ia em pleno debate, ainda se restringe à discussão de matéria regimental; equívale, no entanto, a um rápido e áspero recontro de vanguarda. Em 28 de julho trava-se grande batalha campal em torno do projeto – e aí Rui Barbosa, falando em nome do governo, investe a fundo contra o adversário. Sabe-se do resultado: votada a moção de confiança posta em causa, uma pequena maioria – pequena e equívoca – derrotou o gabinete, o qual revidaria, dias depois, com a dissolução da Câmara e convocação de novas eleições.

Este discurso de 28 de julho foi editado em folheto, naquele mesmo ano de 1884<sup>32</sup>; os restantes aparecem agora pela primeira vez em forma de livro. O texto de cada um deles, aqui reproduzido, é o que se encontra nos **Anais da Câmara dos Srs. Deputados do Império do Brasil**, ano de 1884, pela ordem seguinte: o de 8 de maio, v. I, p. 59; o de 19 de maio, v. I, pp. 242/43; o de 28 de maio, v. I, páginas 345/47; o de 27 de junho, v. II, p. 218; o de 23 de julho, v. III, pp. 299/300; o de 28 de julho, v. III, pp. 357/61; o de 26 de agosto, v. IV, p. 147. Observe-se que o de 27 de junho e o de 26 de agosto não chegam a ser discursos: são antes curtas intervenções, uma em justificação de um requerimento e a outra em retificação a um lapso de cópia verificado em certo papel da comissão de orçamento. Observe-se igualmente que apenas os discursos de 8 de maio e de 28 de julho se acham redigidos na 1ª pessoa, aparecendo os demais na 3ª pessoa; distinção que se deve levar em conta no concernente à forma em que são publicados, pois não é lícito assegurar-se com certeza que os discursos aparecidos na 3ª pessoa tenham sido revistos pelo orador.

Quanto ao texto do parecer, é o que consta dos mesmos Anais, ocupando toda a parte final do v. IV, em composição tipográfica especial, com 134 páginas numeradas de 1 a 134, e foi tirado em separata, num volume de 225 páginas, com os seguintes dizeres na capa: **CÂMARA DOS DEPUTADOS / SESSÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1884 / PROJETO N. 48 / EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS / PARECER FORMULA-**



**DO / PELO DEPUTADO / RUI BARBOSA / COMO RELATOR / DAS / COMISSÕES REUNIDAS DE ORÇAMENTO E JUSTIÇA CIVIL / RIO DE JANEIRO / TIPOGRAFIA NACIONAL / 1884.** Tanto os Anais como a separata reproduzem, em seguida ao parecer de Rui Barbosa, o texto do projeto e o voto divergente apresentado pelo deputado A. A. de Sousa Carvalho.

São aqui acrescentados, em apêndice: 1) o texto primitivo do projeto e as emendas e alterações feitas em 3 provas tipográficas sucessivas, tudo do punho de Rui Barbosa, conforme consta dos arquivos da Casa de Rui Barbosa; 2) o histórico dos fatos importantes ocorridos na Câmara dos Deputados, desde a apresentação do projeto, a 15 de julho, até à declaração de dissolução da Câmara, a 30 de julho; 3) a exposição sobre a dissolução, apresentada por Sousa Dantas ao Conselho de Estado, em sessão de 20 de julho, e cujo texto é de autoria de Rui Barbosa; 4) a circular de Rui Barbosa dirigida ao eleitorado do 8º distrito da Bahia, candidatando-se a deputado geral nas eleições marcadas para 1º de dezembro de 1884.

Os títulos e subtítulos, e bem assim as notas explicativas, que antecedem os discursos, não pertencem ao texto reproduzido: supomos que essas notas serviriam para relacionar cada discurso com o fato ou fatos que lhe deram origem. São nossas também as chamadas feitas com asteriscos e as correspondentes notas ao pé de página. Organizamos, enfim, para completar o volume, a bibliografia, o índice onomástico e o índice geral das matérias nele contidas.

A ortografia desta edição não é, obviamente, a dos textos originais, mas sim a que está oficialmente adotada. De nosso arbítrio, só fizemos uniformizar em ou os ditongos de certas palavras – tesouro, lavoura, etc. – cuja variante em oira da preferência de Rui Barbosa; e o fizemos em obediência unicamente ao uso generalizado hoje na dicção brasileira.

Uma primeira revisão de todo o volume foi feita pelo Sr. Fernando Nery, e no trabalho que me coube a seguir pude sempre contar com a assistência de funcionários da Casa de Rui Barbosa, à frente dos quais os Srs. Américo Jacobina Lacombe, diretor, e Homero Pires, arquivista; a este último devo especialmente, além de indicações bibliográficas sempre seguras, os dados relativos à atuação de Rui Barbosa como combatente da causa dos escravos. Os meus melhores agradecimentos a todos.

**Rio, fevereiro, 1944.**  
Astrojildo Pereira.



## NOTAS

**1** Em 1882, ao passar em revista a tarefa realizada pelo governo durante os onze anos de vigência da lei, o *Jornal do Comércio* exprimia assim o seu desencanto: “*E evidentemente obra mesquinha, que não condiz à intensidade do intuito que a inspirou.*” Citado por Evaristo de Moraes, em **A Campanha Abolicionista**, Rio, 1924, p. 4.

**2** **Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, pp. 212/13.

**3** A apresentação do projeto por mão do filho de Sousa Dantas obedecia certamente a uma consideração mais de ordem moral do que política: o chefe do gabinete queria com isso acentuar o seu empenho pessoal em favor da reforma proposta. Mas quem redigiu o projeto, a pedido de Sousa Dantas, foi Rui Barbosa. Rui lembrá-lo-ia pelo menos duas vezes – em 1919, na conferência sobre a questão social (Cf. **Campanha Presidencial**, Bahia, 1921, p. 116) e em 1921, no prefácio ao livro **Queda do Império**. v. I, p. XLVII. A Casa de Rui Barbosa conserva no seu arquivo o original e as provas emendadas do projeto, tudo do próprio punho de Rui Barbosa, e por ele guardados num envelope com os seguintes dizeres em manuscrito: “*Documentos da gestão do meu projeto (projeto Dantas) sobre a emancipação dos sexagenários – 188*”. Note-se que o possessivo meu está sublinhado, e a data aparece incompleta – 188... em vez de 1884.

**4** Em artigo publicado meses depois no *Jornal do Comércio*, da série ali firmada com o pseudônimo de Grey (um dos “ingleses do Dantas”), Rui Barbosa caracterizava do seguinte modo a natureza da batalha parlamentar sustentada pelo gabinete Dantas: “*A história do ministério 6 de junho na sessão legislativa de 1884 é uma luta de porfias incessantes contra essa estratégia [matar o projeto por sonegação], explorada em sucessivas guerrilhas contra a existência do gabinete. Por mais que o governo reclamasse, com exuberância de razões e estrondosas aplausos da opinião pública, a enunciação franca de todos os votos sobre o objeto que constituía o pomo de discórdia entre liberais e liberais, conservadores e conservadores, a astúcia subsistiu até*

ao último momento dessa campanha desigual, em que o timbre das forças coligadas contra o ministério era derrotá-lo fora da questão que operara contra ele essa aliança.” (*Jornal do Comércio*, n.º de 22 de março de 1885).

**5** Houve também quem pensasse na imigração de trabalhadores asiáticos. Ver a este respeito o livro de Salvador de Mendonça, **Trabalhadores Asiáticos** (New York, Tipografia do Novo Mundo, 1879). Salvador era na ocasião cônsul geral do Brasil nos Estados Unidos, e seu livro resultou do estudo da matéria que lhe fora encomendado pelo Ministério da Agricultura em 1875. Ainda sobre os debates de então acerca dos problemas relativos à imigração, ver igualmente as **Teses sobre Colonização do Brasil**, (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875), título do relatório elaborado pelo conselheiro João Cardoso de Meneses e Sousa (mais tarde Barão de Paranapiacaba), também por incumbência do mesmo Ministério. O conselheiro João Cardoso manifesta-se infenso à imigração asiática em geral, por entender de má qualidade o imigrante daquela procedência, ao passo que Salvador de Mendonça argumenta em sentido oposto, mostrando-se favorável aos asiáticos. Mas onde provavelmente caberia inteira razão ao conselheiro era no ponto em que ele denunciava os propósitos escravistas que se ocultavam nos projetos daqueles que pensavam em atrair para o Brasil o imigrante asiático.

**6** “*Ibicaba resta l’exploitation modèle où le travail libre et l’esclavage vivaient côte à côte. C’est là qu’on put voir les deux systèmes à l’oeuvre et que se décida aussi le triomphe du travail libre. L’esclavage et le travail libre devinrent bientôt incompatibles et l’immigration vint par conséquent accélérer l’abolition de l’esclavage.*” (C. M. Delgado de Carvalho. *Le Brésil Méridional*. Paris-Rio de Janeiro, 1910, p. 110). Ver, sobre a experiência do senador Vergueiro, as Memórias de um Colono no Brasil (1850), de Thomas Davatz, tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1941.

**7** “Não exagero, senhores: porque toda a nossa história, neste meio século, não registra orgia igual de más paixões desaçaimadas, cenas de fúria, de demência, de perfídia como as dessa

epilepsia organizada, que se desencadeou contra o governo abolicionista, desde os clubes secretos da lavoura até às mancomunicações de corredores, desde as vilanias sorrateiras até às declamações apopléticas, desde as verrinas de antagonismo parlamentar até o sussurro das conspirações de porão, desde a babagem das lesmas subalternas até à esfuziada continuação dos pelotões de mameucos”. Isto diria Rui em 1886, por ocasião da morte do segundo José Bonifácio (**Elogios acadêmicos e Orações de paraninfo**, Rio, 1924, pp. 89/90).

**8** Acusações idênticas sofrera em 1871 o gabinete Rio Branco também acoiado, em pleno parlamento, de governo comunista, governo do morticínio e do roubo. Rui transcreve no parecer as palavras proferidas então por certo deputado, o qual acusava Rio Branco de desfraldar as velas por um oceano onde voga também o navio pirata, denominado “A Internacional”. Recorde-mos, a propósito, que aquele ano de 1871 fora o ano da comuna de Paris...

**9** Artigo de Grey, no *Jornal do Comércio* de 1º de março de 1885.

**10** Rui Barbosa, **Novos Discursos e Conferências**, coligados e revistos por Homero Pires, São Paulo, 1933 p. 89.

**11** Artigo de Grey, já citado, no *Jornal do Comércio* de 1º de março de 1885.

**12** “A escravidão gera a escravidão, não só nos fatos sociais, como nos espíritos. O cativo vinga-se da tirania que o explora, afeiçoando-lhe a consciência à sua imagem. O grande proprietário de escravos é principalmente um produto moral do trabalho servil. Pode compreender a benevolência, a caridade, a filantropia individual para com os oprimidos. Mas não lhe é possível a iniciativa heróica de uma reforma que revolva pelos fundamentos a massa servil”. (Discurso no Teatro Politeama, em 1885, incluído no volume **Discursos e Conferências**, ed. cit., pp. 54/55).

**13** **Elogios Acadêmicos e Orações de Paraninfo**, p. 89.

**14** Citado por João Cardoso de Meneses e Sousa, **Teses sobre a Colonização no Brasil**, p. 175. A mesma coisa havia percebido José Bonifácio, com o seu olho de águia, meio século antes: “As artes não se melhoram: as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoa-

**Proclamação da libertação dos escravos, no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888**

ações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muaras”. E ainda esta observação de quem vira o arado na Europa: “... 20 escravos de trabalho necessitam de 20 enxadas, que todas se poupariam com um só arado” (**Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura** — por José Bonifácio de Andrada e Silva, Paris, 1825, p. 17).

**15** Joaquim Nabuco, **O Abolicionismo**, São Paulo -Rio, 1938, p. 206.

**16** Citado por André Rebouças, **Agricultura Nacional**, Rio, 1883, p. 80. Ainda sobre o emprego do arado na província de São Paulo, o mesmo Rebouças fez publicar uma nota no jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, contendo informações que recebera de um amigo, em 1868, e são reproduzidas no seu livro.

**17** O prof. Vincenzo Grossi (**Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo**, 2ª ed., Milano-Roma-Napoli, 1914, p. 350) registra os seguintes alarmismos relativos à entrada de imigrantes no Estado de São Paulo entre 1878 e 1899: de 1878 a 1879 – 3.481; de 1880 a 1884 — 15.899; de 1885 a 1889 – 168.289; de 1890 a 1894 – 320.315; de 1895 a 1899 – 420.296.

**18** J. F. Normano, **Evolução Econômica do Brasil**, São Paulo, 1939, p. 107.

**19** “As linhas férreas iam coincidindo, nas várias zonas, com outros meios de comunicação, tais como estradas de rodagem, rios navegáveis, e até, em algumas províncias, canais que se iam abrindo. A navegação a vapor, principalmente, tanto marítima como fluvial, começou a prestar poderoso concurso à solução do problema das comunicações, quer internas, quer do país com o exterior” (Rocha Pombo, **História do Brasil**, edição do Centenário, Rio, s. d.p. v. IV, p. 136).

Continua na página 5